



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PRESIDENTE: SONAIRA FERNANDES

TIPO DA REUNIÃO: Audiência Pública
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 5 de junho de 2025

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone

21177

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Boa tarde.

Vamos começar a nossa audiência pública da Comissão de Educação. Estão presentes o Vereador Celso Giannazi; Vereadora Luna Zarattini; este Vereador, Eliseu Gabriel, integrantes da Comissão. Também estão presentes a Vereadora Silvia da Bancada Feminista e o Vereador Professor Toninho Vespoli.

Vamos dividir a coordenação entre o Vereador Celso Giannazi, a Vereadora Luna e eu.

Então, vamos começar. Cada um falará um pouquinho, fará uma introdução.

O SR. CELSO GIANNAZI – Boa tarde a todos.

Como o nobre Vereador Eliseu Gabriel disse, esta audiência pública advém de um requerimento conjunto da nobre Vereadora Luna Zarattini, do nosso mandato e do Vereador Eliseu Gabriel também, para tratar de um assunto muito importante, que é o chamado AI-5 da educação: a retirada dos diretores das escolas municipais, o ataque ao princípio da gestão democrática.

Então, foram convidadas várias pessoas. Os diretores estão presentes também, as entidades sindicais que estão fazendo a luta de resistência, mostrando a arbitrariedade que foi feita, sem discussão da Câmara Municipal, sem discussão em instância alguma, muito menos com os gestores das escolas públicas.

Esta audiência é para ouvirmos os atores. A Secretaria Municipal da Educação foi convidada, obviamente, para expor os motivos, os critérios, as causas, para que fossem retirados 25 diretores que têm projetos pedagógicos premiados na cidade de São Paulo. Infelizmente, acabamos de receber um *e-mail* informando sobre a ausência de representantes da Secretaria, que vou ler para que seja transparente, seja público.

“A Secretaria Municipal de Educação informa, por meio da assessoria do gabinete, que já realizou reuniões com todas as entidades envolvidas nos temas em pauta na audiência pública agendada para o dia 05/06/2025.

Dessa forma, considerando que os devidos diálogos foram recentemente

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21177 DATA: 05/06/2025 FL: 2 DE 84

fls. 7

estabelecidos com os atores institucionais pertinentes, a SME não participará da referida audiência.

Renovamos nossa disposição para manter o diálogo institucional e democrático com esta Comissão.

Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos futuros que se fizerem necessários.

Atenciosamente.

Secretaria Municipal de Educação, Assessoria Parlamentar.”

A nota da Secretaria Municipal de Educação mostra a forma, acho que posso até usar esse termo, covarde como trata o assunto. Não houve discussão com os atores envolvidos, ao contrário, foram ignorados.

Antes de darmos início e passarmos a palavra para a nobre Vereadora Luna Zarattini, parabenizo os grêmios, a Imprensa Jovem, as crianças que estão presentes nesta audiência, que são o motivo da nossa luta. (Palmas) Parabéns a vocês que estão representando toda a comunidade escolar que abraçou essa causa, porque a escola pública está sendo destruída com essa política do Sr. Prefeito Ricardo Nunes, e os atingidos, principalmente, são vocês, bebês, crianças, adolescentes da nossa cidade. Então, vamos dar início.

Vou passar para a nobre Vereadora Luna Zarattini, que também é autora do requerimento desta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Antes, convido o nobre Vereador Hélio Rodrigues para compor a Mesa.

A SRA. LUNA ZARATTINI – Uma salva de palmas ao nobre Vereador Hélio Rodrigues, que vai assumir a Mesa conosco. (Palmas)

Boa tarde a todos e a todas.

Início esta audiência me solidarizando com todos os diretores, professores, estudantes, pais e toda a comunidade escolar que têm sido atacados nas escolas municipais da nossa cidade, escolas que estão localizadas nas periferias e que têm dado uma verdadeira aula

de cidadania para a cidade de São Paulo.

Quero agradecer a todos e dizer que estamos na luta com vocês.

Parabéns por esta resistência.

Esta audiência pública é, justamente, para escancararmos a perseguição, o desmando, o descaso que tem acontecido na gestão da Prefeitura do Sr. Ricardo Nunes e na gestão da Secretaria Municipal de Educação.

O *e-mail* que nós, Vereadores, recebemos – nós, Vereadora Luna Zarattini, Celso Giannazi e Eliseu Gabriel, membros da Comissão de Educação, Cultura e Esportes -, destaca muito bem como tem operado a Gestão na falta de diálogo.

No *e-mail*, o Sr. Secretário, a Secretaria Municipal, nos informou que todos os diálogos já tinham sido feitos, que a conversa tinha acontecido com todos os sindicatos, que tinha acontecido com as escolas, com os estudantes, com os professores, com os pais.

Pergunto para vocês: esse diálogo aconteceu?

– Manifestação do público.

A SRA. LUNA ZARATTINI – Exatamente, esta audiência pública é para escancorar a falta de diálogo e as opções que têm sido feitas pela Gestão que tem anunciado diversos projetos por meio da mídia.

Então, fomos surpreendidos no sentido de que haveria um processo de privatização das escolas, sem sequer haver um projeto. Isso tem acontecido com recorrência. Vocês foram surpreendidos com o afastamento que não tem a menor justificativa pela forma como tem sido feito. Se fosse para ajudar as escolas, que se sentassem com os diretores para ouvir suas demandas e questões, que tenho certeza de que são muitas, e há uma necessidade enorme de mais diálogo com a Secretaria Municipal de Educação.

Então, saúdo a todos e digo que esta audiência é uma audiência nossa, que conversamos entre nós para chamarmos os diretores que foram afastados, que tiveram essa intervenção, para comporem a Mesa conosco e, também, para as representações dos sindicatos terem falas qualificadas, porque são vários ataques, que se iniciam com a questão salarial dos

servidores.

Vou passar a palavra ao nobre Vereador Eliseu para finalizar a composição da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Não falei no comecinho, mas há uma coisa que é importante lembrarmos: o Executivo preparou esse, vamos dizer, golpe para concretizar essa proposta de entregar a educação municipal à organização social, quando conseguiu aprovar, na Câmara, a Lei nº 18.221, no final de 2024, tentando fazer um arcabouço a fim de efetivar a barbaridade que está ocorrendo.

Não somos contra a formação de diretor. Alguém é contra formar diretor? Não. Agora precisava ocorrer com diálogo. Quer dizer, para fazer formação tem de mandar embora o diretor? Não tem cabimento. Seria até muito melhor que o diretor estivesse no seu cargo para ter a formação.

Outra coisa: a desculpa da nota do Ideb é uma piada. Daqui a pouco, vamos colocar os diretores que estão presentes para compor a Mesa. Lembro-me do Diretor Cláudio, da EMEF Espaço de Bitita, onde os alunos da escola são imigrantes; há o projeto Reencontro, da Secretaria de Ação Social, para juntar as famílias desorganizadas, o pessoal que está morando na rua. Esses meninos, essas crianças, estão nessa escola também, além das pessoas que estão fugindo de guerras. Quer dizer, como é que se vai fazer uma avaliação do Ideb, isoladamente, em português para essas pessoas? É claro que não conseguiriam atingir a média e, aí, a culpa é do diretor? Isso é uma piada de mau gosto. Além disso, muitas escolas atingidas pelo afastamento dos diretores estão dentro de favelas. Como é que podem achar que um aluno... Vejo o esforço dos diretores para realizarem um trabalho a fim de que essas crianças tenham um vínculo com a escola. É um trabalho belíssimo. Acompanhei várias escolas: EMEF Espaço de Bitita, acompanhei bastante, bem como outras escolas, nas zonas Norte, Noroeste e Leste, e os diretores são fantásticos. No entanto, o Governo vem com essa brincadeira de mau gosto. O que é isso?

O mais incrível é que a Secretaria da Educação não está presente nesta audiência. Deveria estar para explicar. Informaram que fizeram encontro com as entidades interessadas e,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 10

REUNIÃO: 21177 DATA: 05/06/2025 FL: 5 DE 84

por causa disso, não precisam vir.

Então, de qualquer maneira, acho que nós é que temos de tirar daqui uma forma. Não é só denúncia. Vamos ver se conseguimos estabelecer uma proposta de luta, o que pode ser feito, o que tem de ser combinado, o que dá para ser feito.

Nobre Vereadora Luna, chamamos os diretores?

O SR. CELSO GIANNAZI – Antes, tenho de informar que esta reunião está sendo transmitida no *site* e no canal do YouTube da Câmara Municipal de São Paulo. As inscrições para a participação, por videoconferência, da audiência pública puderam ser efetuadas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo e estão abertas, a partir de agora, para a participação presencial com a Secretaria da Comissão, com o Rafael.

Cada inscrito terá o tempo regulamentar para se manifestar. Peço a todos os membros participantes que desliguem o microfone quando não estiverem fazendo uso da palavra.

Formalmente, está aberta a audiência pública.

A SRA. LUNA ZARATTINI – Bom, então, agora vamos convidar os diretores para compor a Mesa. Convido, para compor a Mesa conosco, os Diretores: Diretor Carlos Cardoso, da EMEF Caio Sérgio. (Palmas)

O SR. CELSO GIANNAZI – Diretor Cláudio Marques da Silva Neto, da EMEF Espaço de Bitita. (Palmas)

A SRA. LUNA ZARATTINI – Diretor Leonardo Manini, da EMEF Ibrahim Nobre. (Palmas)

O SR. CELSO GIANNAZI – Diretora Rosilene Silva Vieira, da EMEF Dilermando Dias dos Santos. (Palmas)

A SRA. LUNA ZARATTINI – Diretora Liliana Santoro Santos, da EMEF CEU Tiquatira. (Palmas)

A SRA. LUNA ZARATTINI – Tem mais algum diretor presente?

O SR. CELSO GIANNAZI – Diretor Marcio Queiroz de Lima, da EMEF Sud Mennucci.

REUNIÃO: 21177 DATA: 05/06/2025 FL: 6 DE 84

(Palmas)

A SRA. LUNA ZARATTINI – Os representantes dos sindicatos presentes também se manifestarão, mas primeiro ouviremos os diretores. Tudo bem?

Faltaram as inscrições do Sinesp e do Sinpeem. (Pausa)

Inscritos: Sr. João Gabriel Guimarães Buonavita, Presidente do Sindsep; Sra. Claudete Alves da Silva, Presidente do Sedin; Sra. Margarida Prado Genofre, Vice-Presidente da Aprofem; Sra. Letícia Grisólio Dias, Vice-Presidente do Sinesp; Sra. Michele Rosa Oliveira, Secretária de Assuntos de Primeira Infância do Sinpeem, e Sra. Patrícia Pimenta, Secretária de Formação do Sinpeem.

Muito obrigada.

Vamos passar a palavra aos diretores. Alguém quer falar inicialmente?

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Acho que falam os diretores; depois, os outros Vereadores que estão presentes e abrimos a palavra.

Então, comece, Diretor Marcio.

O SR. MARCIO QUEIROZ DE LIMA – Boa tarde a todos.

Sou o Marcio, Diretor da EMEF Sud Mennucci, localizada na região do Itaim Paulista, uma região da periferia da cidade, muito populosa, com 350 mil pessoas. Estou nessa escola desde 2021.

Quando recebi o comunicado de que seria afastado para o curso, ainda sequer havia completado quatro anos no cargo de direção. E uma coisa curiosa é que o Secretário também está há quatro anos. Se estou sendo afastado porque meu Ideb não está alto, o Secretário também teria de fazer o curso, já que o Ideb de São Paulo não está lá essas coisas. (Palmas)
Com isso, fica claro que essa questão do Ideb é uma falácia.

Estou numa escola que, em quatro anos, já passou por duas reformas. Então, fico pensando que a escola está sendo preparada não para que eu seja o gestor dela, mas para que ela seja entregue bonita para a iniciativa privada, que é o que temos ouvido falar. Isso é triste, porque todas as ações de privatização, que parecem ser muito bonitas no início, são desastrosas

REUNIÃO: 21177 DATA: 05/06/2025 FL: 7 DE 84

no caminho. Posso citar como exemplo a terceirização da gestão da limpeza da escola. Ontem, recebi uma ligação da líder da equipe de limpeza pedindo que fosse comprar sacos de lixo porque não tinha. Mesmo fazendo reiteradas solicitações à empresa, ela simplesmente fica muda com relação a essas questões.

Então, se a questão é privatizar para melhorar, estamos muito longe disso. Realmente entendo que o nosso lugar de gestor é na escola.

Como disse, estou na escola há quatro anos. Moro super perto da escola, então, sei como é a comunidade, conheço os alunos. Quando pensamos em uma organização social cuidando da escola, realmente duvido que ela vá ter toda essa boa intenção, que nós, que estamos no território, temos: o cuidado, o cuidar mesmo da escola, do prédio, das crianças, das pessoas.

Então, a audiência pública é um momento em que dizemos que não concordamos com isso, porque todas essas supostas ideias de que a privatização vai melhorar, realmente, desconfio. Nesse caso, duvido muito que isso vá acontecer.

Agradeço a todos pela presença, pelo apoio que nos têm dado, desde quando recebemos essas primeiras abordagens.

Mesmo que isso passe, não concordamos. Realmente lutamos por uma educação pública de qualidade, que atenda a todos, a todos os estudantes, a todas as pessoas. Quando falam em trocar o diretor, há muitas outras coisas que precisam ser mudadas. Por exemplo, tenho uma escola de 1.300 alunos que funciona em três períodos, atende à EJA à noite, e não temos professores de módulo. Quando alguém fica doente, o diretor entra em sala ou temos de ficar segurando com ATE na sala para não dispensar os alunos mais cedo.

Então, se temos tantas coisas para fazer na educação, por que não começamos com o básico? Contratar professores de módulo; que possamos ter sacos de lixo quando a equipe de limpeza precisar. Enfim, coisas que são básicas, mas que a Secretaria fica surda com relação a esses apelos.

Então, muito obrigado a todos. Espero, sinceramente, que consigamos fazer essas

REUNIÃO: 21177 DATA: 05/06/2025 FL: 8 DE 84

diferenças que queremos ver na escola pública.

Obrigado. (Palmas)

O SR. CELSO GIANNAZI – Obrigado, Marcio.

O Diretor Marcio traz a realidade das 25 escolas que foram escolhidas. É muito importante, Marcio, que você traga mesmo a vivência, o dia a dia da escola, as necessidades da escola, a realidade de cada uma dessas escolas. Muito obrigado.

A próxima é a Diretora Rosilene, da EMEF Dilermando Dias dos Santos.

A SRA. ROSILENE SILVA VIEIRA – Olá, boa tarde.

Meu nome é Rosilene e sou Diretora da EMEF Dilermando Dias dos Santos, em Pirituba.

Temos refletido muito, e acho muito importante que a sociedade paulistana reflita. Se o objetivo de SME é fortalecer a educação pública em São Paulo, por que não procurar saber o que os municípios com o Ideb altíssimo, ou ainda melhor, o que os países com educação de qualidade mundialmente reconhecida fazem para fortalecer a educação pública? Privatização não vai ser um dos fatores das estratégias encontradas, com certeza. Existem muitas outras estratégias que a SME sabe que pode adotar.

Não conseguimos visualizar como a educação vai ficar fortalecida nos territórios, quando a equipe gestora é desestabilizada, quando o trabalho pedagógico é interrompido, quando a nossa vida funcional é colocada em xeque.

O objetivo não combina com as táticas que estão sendo utilizadas. A educação pública, para se fortalecer, precisa de investimento, precisa de escuta.

Como a SME vai fortalecer a educação pública municipal recusando-se a dialogar com a rede municipal de educação? Em qual lugar do mundo esse tipo de medida deu certo e fortaleceu a educação da população? Nenhum.

Reforço que o nosso território tem muitas demandas a apresentar.

A EMEF Dilermando é uma escola aberta e todos estão convidados a conhecê-la.

Muito obrigada. (Palmas)

REUNIÃO: 21177 DATA: 05/06/2025 FL: 9 DE 84

A SRA. LUNA ZARATTINI – Muito obrigada, Rosilene.

Se os senhores quiserem usar o púlpito, ali em cima, é possível. Acho importante todo mundo visualizar os diretores.

Anuncio a presença da Sra. Débora Greice dos Santos Goes, do Fórum Municipal de Educação Crece Central. Obrigada, Débora. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Somente gostaria de dar uma palavrinha. A Diretora Rosilene e também o Diretor Marcio falaram sobre a questão de experiência em outros países. A experiência parecida com essa em outros países foi um desastre total, inclusive nos Estados Unidos. Há um livro importantíssimo da Diane Ravitch mostrando o horror que foi esse tipo de ação nos Estados Unidos, que destruiu a educação pública e, agora, estão tendo de recomeçar do zero.

A SRA. LUNA ZARATTINI – Anuncio a presença do Sr. Arthur Paulino Ventura da Silva, da União Paulista dos Estudantes Secundaristas, UPES. Muito obrigada pela presença. (Palmas)

Agora, passo a palavra ao Sr. Leonardo Manini, da EMEF Ibrahim Nobre.

O SR. LEONARDO MANINI – O meu nome é Leonardo. Sou Diretor da EMEF Ibrahim Nobre. Já estive neste salão com o Vereador Eliseu Gabriel, e sabem para quê? Para a premiação de livro escrito pelos professores e alunos da EMEF Ibrahim Nobre. Olhem onde estamos agora! (Palmas) Obrigado.

Esses dias, encontrei uma aluna na rua. Ela olhou para mim, atravessou a rua, correu ao meu encontro e sabem o que ela me falou? Abraçou-me forte e falou: “Estou com saudades. Escrevi um livro”. E ela participou do Projeto Elzinha, que temos na escola. Há vários projetos escolares que desenvolvem cozinha experimental, horta. Temos a FLIN, que é a Festa Literária do Ibrahim Nobre, em que as crianças se tornam protagonistas.

Daqui a pouco várias pessoas da escola chegarão. Elas estão no meio do caminho. Na hora em que chegarem e observarem este salão, um lugar que não ocupam e que talvez nunca venham a acessar, senão dessa forma, pela escola, todos observarão nos olhos delas,

como pude observar nos olhos das crianças que estão presentes, a alegria e o entusiasmo de estarem neste espaço: “Nossa Senhora, onde estou?”. Este espaço tem de ser ocupado por nossos jovens.

É disso que se trata, é do medo. É do medo da periferia ascender. É do medo da periferia entender o que se passa com as privatizações. É ficar sem papel higiênico e ter de comprar. É o diretor que tem de subir na caixa d’água para pôr água a fim de que os alunos não fiquem sem aula; é de ter de pintar a escola.

Estamos há nove anos na escola e estou postando um monte de vídeo nas redes. Ontem mesmo postei um vídeo das mães. Foram elas que arregaçaram as mangas e foram pintar a escola, foram cimentar a escola pelos filhos, quando tínhamos 14 mil reais de PTRF por trimestre. Os alunos também fizeram parte desse processo.

Estou postando tudo agora. E sabem por quê? A gente se cala por muito tempo e olha onde a gente veio parar. A gente quase saiu de um golpe e parece que continua. A Constituição Federal está sendo rasgada. O artigo 37, que dispõe sobre a obrigatoriedade de haver concurso público para vaga pública, para haver isonomia, para haver transparência, está sendo rasgada.

O Governo Federal, o Ministério da Educação e o Presidente deste país têm de se pronunciar. Os Professores Cortella e Luiza Erundina também e sabem por quê? Pegaram um trecho – e o Coordenador Nilton postou na rede social dele –, de um livro do Paulo Freire e descontextualizaram completamente. Trata-se de um livro em que ele está falando sobre avaliação, de olhar para os alunos, de olhar para os sujeitos que estão nessa escola pública e avaliá-los de forma digna, condizente com aqueles que estão ali.

A LDB, no artigo 27, garante um currículo diferenciado, conforme cada unidade. Paulo Freire foi rasgado. No final, o meu Coordenador Nilton, que está ali atrás, fala: “Olha, a educação não se faz por decreto, de cima para baixo”. E é isso que estão fazendo. E não têm a coragem de vir debater conosco, com cada um de nós, os 25 diretores, coordenadores e professores das escolas, porque as escolas se fazem com os professores. Somos só

instrumentos para dar voz a eles. Poderiam debater tranquilamente sobre avaliação, sobre currículo, sobre PPP, sobre gestão democrática. Por que não vêm debater conosco? Por que fogem, por que ficam três segundos e vão embora? É muito feio isso o que estão fazendo. Falam de curso, mas apresentaram uma ementa desse curso para vocês? Quem vai ser? Bibliografia? Não nos apresentaram nada, nada. E nessa reunião, porque tem ainda um diretor que foi, não apresentaram mais nada que um *PowerPoint*. Bem sabemos no que deu o *PowerPoint*.

Então, precisamos nos unir. Cada um de nós, cada um de vocês que estão nos escutando do outro lado, as comunidades, os alunos, a Imprensa Jovem, os grêmios estudantis, precisam se unir, porque a situação é muito ruim. No posto de saúde, estamos com 400 na fila para fono, e querem que alfabetizemos as crianças. Está sem psicólogo. O psicólogo atende em grupo, uma vez por mês. Está sem neuropediatra. Sabem por que está sem neuropediatra? A terceirização não deixa contratar, porque não tem neuropediatra que queira trabalhar pelo preço que estão pagando. O conselho tutelar é um. Precisa chamar os outros conselhos tutelares. Isso já foi aprovado, parece que é lei. Os CCAs não dão conta, estão dando aulas de contraturno para educação integral.

Enfim, a rede de proteção está esfacelada e nós, diretores, é que tomamos a frente, ficamos no lugar de psicólogos, assistente social. Nós é que estamos com os alunos todos os dias. Nós, que eu digo, gestão da escola, professores. Quem aguenta o rojão de tudo isso são os professores, que estão todo dia com esses alunos, que olham no olho, que ficam oito, seis horas com os alunos todos os dias. E ninguém quer saber deles.

Fazemos uma greve e ganhamos 2% de aumento. O professor tem de trabalhar o dia inteiro. Professoras têm de atravessar a cidade. Será que isso não pesa na consciência das pessoas? Ou só pesam os 22 bilhões da educação? É isso que eles querem, os 22 bilhões da educação.

Bom, vou encerrar minha fala para ouvir os outros, porque eles têm bastante coisa para falar também. Despeço-me. Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. LUNA ZARATTINI – Muito obrigada, Diretor Leonardo, o resistente nessa

luta. Quero convidar mais outros dois diretores para compor a Mesa: o Diretor João Bosco, da EMEF Professora Olinda Menezes Serra Vidal, e a Diretora Rute, da EMEF Saturnino Pereira. (Palmas)

Passo a palavra para o nobre Vereador Celso Giannazi.

O SR. CELSO GIANNAZI – Fala excelente do Diretor Leonardo, que traz uma experiência muito importante à frente de escola que foi premiada. E, nessa sequência, vou chamar o Carlos, da EMEF Caio Sérgio Pompeu de Toledo, que várias vezes, nesta Câmara Municipal, participou do Prêmio Paulo Freire, pelos belos trabalhos, excelentes projetos político-pedagógicos desenvolvidos.

Com a palavra, Carlos.

O SR. CARLOS ROBERTO MEDEIROS CARDOSO – Agradeço a todos os Srs. Vereadores, na pessoa da Vereadora Luna, pelo convite. É um prazer estar nesta Casa com Vereadores que nos respeitam, que não nos chamam de drogados e vagabundos. (Palmas)

Estou representando uma comunidade, uma comunidade escolar no extremo Leste de São Paulo, em Cidade Tiradentes, da qual tenho muito orgulho de fazer parte. Não resido lá, porque Cidade Tiradentes, que tem em torno de 200 mil habitantes, não chega a 3 mil postos de trabalho e as famílias precisam sair de lá para poder garantir o sustento. Muitos deles vivem na informalidade, mesmo estando em um momento de emprego pleno neste país, que não é dito, porque se negam a divulgar os avanços que estamos conseguindo a duras penas por conta de parlamentos que são hostis à população.

Não me sinto capacitado de falar sobre a nossa escola, porque acho que quem tem a voz para falar são os nossos alunos. Mas se possível, depois, peço para passarem o vídeo da premiação da Salva de Prata em 2023. Essa premiação é originária de um projeto de lei do então Vereador Antonio Donato, e que faz uma homenagem a essa comunidade, reconhecendo a sua grandeza na luta por uma educação de qualidade, em que o aluno tem voz. Então, peço isso, porque quem falou sobre a escola foi a então diretora regional de Guaianases. Se os senhores não sabem, aquela região é a que tem mais convênios. Interessante saber isso, porque

conseguimos pegar o fio da meada. Hoje, ela é diretora da Coped. Então duplamente, no caso das escolas de Guaianases, ela é responsável pela indicação que, diga-se de passagem, não se fundamenta.

Não sei, mas acho que foi o seu mandato, Vereador Celso Giannazi, que fez um estudo, assinado pela cientista social Ana Luiza do Couto Montenegro, que, na análise de dados, traz entre as suas considerações o seguinte: “[...] também se verificou que outras escolas não aparecem entre os piores desempenhos nem nos anos iniciais, nem nos finais do Ideb, sendo elas [...]”, aí relaciona as escolas, “[...] e entre elas a Caio Sérgio”. A resposta que tive do diretor regional é que foi por conta do IDEP, mas esse estudo fala que não é.

E sei porque a escola Caio Sérgio está nesse rol, e tenho orgulho porque é uma escola que permite a seus alunos sonharem e lutarem. Vocês não imaginam a dificuldade que é para um aluno da quebrada chegar à Universidade de São Paulo. E na terça-feira passada, na USP, durante um evento, um aluno nosso, o Mateus disse sobre a importância daquele período vivido ali. Esse aluno é licenciado em Geografia, pela FFLCH. Ele montou cursinhos populares por lá. Hoje está com contrato na rede e foi premiado pela FFLCH como melhor aluno da graduação de Geografia.

Um que chega para lá não mostra excelência de nada, porque temos de disputar a cada dia, e não estou falando da Caio Sérgio. Estou falando da rede municipal, em especial da rede que está na periferia. Temos de disputar, a cada dia, os nossos alunos com o tráfico, porque o tráfico faz algo que, muitas vezes, a escola se nega, que é reconhecer. Quando eles vão para o tráfico, começam a falar assim: “Você sabe quem eu sou?”, enquanto que na escola eles escutam muitas vezes: “Quem você pensa que é?”.

Então, nós que fazemos a luta para que essa escola não seja desse jeito, estamos marcados. Lembremos que a ida para o tráfico, segundo Marisa Feffermann aponta em sua tese de doutorado, *Vidas arriscadas*, se dá, no caso do menino, pela questão econômica, não pelo crime. E diversas literaturas trazem que esses filhos maus são os que sustentam a casa, enquanto o filho bom vai para a igreja.

O que quero chamar a atenção com isso é sobre a importância de abraçarmos nossos alunos. Precisamos acolher os nossos alunos. E voltando para o tema em questão, fica difícil, fica incompreensível, porque o Sr. Secretário faz uma fala, traz um excerto de maneira tortuosa de Paulo Freire e sai correndo, porque não há como sustentar. Porque para sustentar, precisa entender de educação, precisa conhecer a educação e infelizmente lhe falta essa formação. Não é maldade, mas Hannah Arendt explica muito bem esse tipo de situação em *Eichmann em Jerusalém. Um Relato Sobre a Banalidade do Mal*. Há, sim, uma sincronia de figuras aí. Eichmann se faz presente. E não tem como, por isso o Sr. Secretário não compareceu a esta audiência. Não compareceu porque acha que educação é transmissão, e não é. E me sirvo de um amigo nosso que cunhou, conceituou gestão escolar e gestão democrática, o Professor Emérito Vitor Henrique Paro, a quem devo a minha formação e o meu entendimento em educação. Se os meus alunos me constituíram professor e pós-diretor, só pude alcançar isso por conta dos acadêmicos. E estou ao lado do Cláudio e da Rute e tem o Moisés, que não está aqui, mas que são doutores que pesquisam e fundamentam o nosso fazer. E eles querem dar aula. O Professor Vitor Paro, no seu livro *Educação Como Exercício do Poder*, um livro pequenininho, fala o seguinte, nas páginas 23 e 24: “Se pretendemos, todavia, tratar a educação de forma científica, precisamos de um conceito mais rigoroso, que nos fale mais de perto de sua especificidade e de sua condição.

Podemos começar por dizer que, em seu sentido mais amplo, a educação consiste na apropriação da cultura. Esta, entendida também de forma ampla, envolve conhecimentos, informações, valores, crenças, ciência, arte, tecnologia, filosofia, direito, costumes, tudo enfim que o homem produz em sua transcendência da natureza. À natureza (tudo aquilo que existe independentemente da vontade e da ação dos homens) contrapõe-se a cultura (tudo que o homem produz ao fazer história).

Perceba-se que, ao tomar a cultura (e não unicamente uma pequena parte dela, como faz o pensamento tradicional) como objeto de apropriação do educando, esse conceito amplia enormemente o campo dos chamados conteúdos da educação, que se estende para

muito além das fronteiras em que se circunscrevem o senso comum e a escola tradicional. E isto assim é porque esse conceito de educação não tem por fim desenvolver competências e habilidades nos alunos que os capacitem apenas a responder testes e provas para passar no vestibular ou ingressar no mercado de trabalho, mas visa à formação do homem em sua integralidade.”

O Vereador e Professor Eliseu Gabriel citou o livro *Vida e Morte do Grande Sistema Escolar Americano*, de Diane Ravitch. Para quem não conhece a história, Diane Ravitch foi Secretária-Adjunta do Governo Reagan.

– Adentra o salão um grupo de alunos da EMEF Ibrahim Nobre, sob aplausos.

O SR. CARLOS ROBERTO MEDEIROS CARDOSO – É para eles, é com eles e é por eles que estamos nessa luta.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – O Professor Carlos está falando sobre o livro da Diane. Continue, professor.

O SR. CARLOS ROBERTO MEDEIROS CARDOSO – Então, ela foi responsável pela implementação desse tipo de pensamento no modo de gerir a educação. De forma simplista, em português, seria responsabilização e livre escolha. E com o passar dos anos, na limpeza do seu escritório, ela, enquanto judia, faz uma reflexão e vê o equívoco. E uma das frases centrais desse livro, inclusive o Professor Vitor Henrique Paro usa como epígrafe dos seus *e-mails*, é a seguinte: “A educação é importante demais para entregá-la às variações do mercado e às boas intenções de amadores”.

O Professor Eliseu Gabriel também falou dos países que tratam a educação... E uma referência que esses, que pensam que podem ter altura e envergadura para falar de educação, trazem é a Finlândia. E Pasi Sahlberg escreveu o livro *Lições Finlandesas*, que traz duas coisas importantes para pensarmos. Primeiro, ele fala da formação, traz um pouco de uma leitura sobre a formação do professor na Finlândia. E lá eles deixaram de fazer o Pisa, Programa Internacional de Avaliação de Alunos. Reduziram horário e aboliram tecnologia. Professor do nosso nível, minimamente tem mestrado. E não é que seja pré-requisito, é porque é desenvolvido, porque

isso é incentivado. Eles querem é uma profissão.

Faço mestrado na USP e, para poder fazer o mestrado tive de esperar me aposentar no estado. Porque, muitas vezes, escutei pessoas próximas, não da USP, dizendo assim: “Você tem uma J-40, você não pode estudar”. E agora querem falar de cursinho? Quem vai dar esse cursinho, será que entende? Será que tem mais envergadura que Vitor Henrique Paro para falar de gestão? Duvido. E no livro *Educação Como Exercício do Poder*, Paro mostra uma coisa muito importante: que o desenvolvimento da educação está diretamente ligado à desigualdade social. Países com alto investimento, como Estados Unidos, mas com alto índice de desigualdade social, têm baixo nível educacional. O grande problema que enfrentamos, e por isso estamos aqui, se dá pelas condições de nossas comunidades. Estamos onde ninguém quer estar, aquele que não é reconhecido, porque não tem gente...

Sou branco, mas sou feio e pobre. Lá não tem gente que pode subir no púlpito e falar dos seus cabelos loiros, da sua riqueza, nem da cor da sua pele. Cidade Tiradentes é negra, é um quilombo. Isso a faz grande e corajosa, que não se curva. Sendo assim, eu, na minha pequena estatura, que não pude ir nem ao púlpito, senão vocês não iam sequer me ver, eu me agiganto. Não por mim. Podem me tirar de lá, podem demolir o prédio, que não acabarão com o Caio Sérgio.

Obrigado. (Palmas)

O SR. CELSO GIANNAZI – Obrigado, Carlos.

Anuncio a presença da Imprensa Jovem, do projeto da EMEF Ibrahim Nobre. Parabéns a vocês. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Aproveitando a oportunidade, lembro a todos de que a Imprensa Jovem agora é lei. Conseguimos aprovar uma lei, porque antes era um só programa. Então, parabéns. Agora é para sempre. Imprensa Jovem na Secretaria de Educação do Município de São Paulo. Viva a Imprensa Jovem. (Palmas)

A SRA. LUNA ZARATTINI – Saúdo também a presença dos representantes do Conselho Tutelar da Sé, Fernanda Abreu da Silva e Mildy Ferreira dos Santos. Parabéns.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Podemos passar para o Professor Cláudio?

A SRA. LUNA ZARATTINI – Podemos, claro.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Vou passar a palavra para o Professor Cláudio, Diretor do EMEF Espaço de Bitita.

O SR. CLÁUDIO MARQUES DA SILVA NETO – Bom dia. Obrigado, Vereador Eliseu Gabriel. Agradeço a todas as Vereadoras e Vereadores que pensaram esta audiência pública como uma forma de dialogar com a comunidade. Agradeço também aos meus colegas de luta que compõem a Mesa, Rosi e todos os colegas; a todos que estão presentes nesta audiência; aos sindicatos, às comunidades escolares e a todos os profissionais que estão conosco nessa empreitada.

Só digo o seguinte: na verdade, sabemos qual é o problema que está colocado nesse ataque frontal à educação pública, sobretudo à figura das gestoras e gestores educacionais. É a privatização do ensino, da educação pública. É disso que se trata. E vínhamos dizendo isso lá atrás, desde antes do dia 23, quando saiu a primeira publicação que deflagrou esse movimento de que a privatização está em curso, que nós, diretoras e diretores somos o alvo da vez.

Vimos que não se trata mais de uma abstração. Vínhamos dizendo: “Gente, olha, a questão é a privatização”, e ficávamos insistindo nisso, parecendo, inclusive, que era um delírio nosso ou uma abstração de parte de sindicalistas *etc.* ou de professores mais inflamados. E vimos que a própria Secretaria agora assumiu o discurso. A privatização está em curso também, já está valendo. Então, a temporada está aberta e é disso que se trata, e não é à toa.

Apenas oito estados da Federação têm um orçamento maior que o da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. Em 2025, foram quase 23 bilhões de reais. Significa que 19 estados da Federação não têm o orçamento que a Prefeitura de São Paulo tem para administrar apenas a educação paulistana. Então, é disso que se trata, e precisamos saber qual é o verdadeiro objetivo. Repito, apenas oito estados da Federação têm um orçamento maior que o da Secretaria Municipal de Educação. Tem muita gente querendo esse dinheiro.

E digo o seguinte: a Prefeitura vai criar uma celeuma para justificar uma coisa que não é real. O problema das escolas públicas não é o Ideb. Sabemos que a questão não é o Ideb, mas é um discurso que está sendo utilizado. Então, não basta também dizermos que não é o Ideb. Precisamos dar resposta no mesmo campo, na mesma linguagem que estamos sendo convocados a dar resposta.

Ao contrário do Secretário que, na segunda-feira, usou uma citação de Paulo Freire completamente descontextualizada, o que temos, além de contextualizar? Temos legitimidade para falar daquilo que evocamos como discurso acadêmico, que é uma frase de Daniel Defoe: “É tão válido representar um modo de aprisionamento por outro quanto representar qualquer coisa que de fato existe por alguma coisa que não existe”. Então, é disso que ele está falando.

Vamos pegar o Ideb, desqualificar as escolas, o trabalho das escolas, sobretudo uma personagem da escola que é central, que são as diretoras e os diretores. Então, não se trata de Ideb, e sabemos disso. Não vou falar, não vou discorrer sobre isso, porque já há várias publicações deixando claro que, de fato, não é o Ideb que está colocando essas 25 escolas na berlinda.

Agora, chamo a atenção para o seguinte, que é um fenômeno da diglossia, que é uma linguagem dos linguistas. A diglossia é a coexistência de coisas diferentes, mas que estão presentes no mesmo campo. O Ideb foi criado com um propósito, que é o de encurralar as escolas. Então, assim, já estamos aprisionados, primeiro pelo Ideb. Estamos aprisionados porque nossa ação é pedagógica, não temos ação no âmbito político. Todas as escolas estão aprisionadas no âmbito político. E, aí, vêm a Secretaria e a Prefeitura, com esse discurso para privatizar, desqualificando, e nos aprisiona pela terceira vez. Então, vamos jogar contra eles, contra as vítimas, aquilo que estão fazendo. Então, não é o Ideb.

Agora, o que é inédito é essa desqualificação. E os números não são à toa, não existem à toa. E um outro critério que a Secretaria supostamente criou, e que vem divulgando, é que temos, pelo menos, quatro anos nas nossas escolas. Por que quatro anos? Estamos em 2025, então o ano de corte foi 2021, ano da pandemia. Então, se vamos falar de indicador, não

podemos tirar a pandemia da conta das escolas. Isso é um crime que a Secretaria está fazendo.

E sabemos que a pandemia tem um efeito, sim. Além da questão social de um país completamente desigual como o nosso, a pandemia tem um efeito ainda mais devastador sobre essa questão. E sabemos que ela afetou principalmente as comunidades mais pobres, que é onde estão os alunos da escola pública. Então, é disso que estamos falando. Então, vamos desqualificar.

Por que, então, pegar esses quatro anos? Porque para a Prefeitura não é importante a Secretaria fazer uma linha do tempo do Ideb. A linha do tempo, se eu perguntar para todas as minhas colegas em boa parte das escolas, antes da pandemia o nosso Ideb era superior ou igual a cinco, a seis, pelo menos. O nosso Ideb não era 4,8 como é hoje, em 2023, na minha escola. Então, estão pegando pontualmente.

Então, do ponto de vista metodológico, já que estamos falando em formação, não se justifica. Se o Ideb é a justificativa, teria de ser feita uma linha do tempo do Ideb dessas escolas a partir de 2007. Então, por que precisamos falar do Ideb? Porque precisamos desqualificar também o discurso. Não basta dizermos que não é. E a Prefeitura tem feito também assim, tentado fugir da materialidade jurídica. Ela não quer, na verdade, dar motivo para que a combatamos. Essa é a nova forma de luta da extrema Direita. Você não usa a legislação, você corrói as instituições e vai vendo o que dá. E aí o Carlos já citou, o Leonardo citou o *PowerPoint*, e a Lava Jato é um marco disso. Assim, todo mundo, qualquer pessoa leiga como eu, não sou jurista, não fiz Direito, qualquer pessoa de bom senso percebeu que a Lava Jato era uma grande armação jurídica para poder acabar com a eleição de 2018, e acabou. E a nossa instituição suprema, que seria o STF, se calou. Não fosse lá um *hacker* para invadir, pegar aquelas mensagens, muito provavelmente não saberíamos da verdade até hoje, porque havia uma condescendência entre essas instituições. Então, é isso.

Pela primeira vez, na Prefeitura de São Paulo, saiu uma publicação sobre seus servidores só com RF, sem nome. Isso é histórico. É o *PowerPoint* da publicação do *Diário Oficial*. E do que estamos falando? Quando falamos do aprisionamento, o que é esse

aprisionamento? Já sabemos que a escola pública é feita para pobre e de maneira pobre. E já há pesquisas também que indicam, não vamos nos esquecer desse problema da Prefeitura, de que estão querendo nos capturar e nos desqualificar pelo Ideb. Mas pesquisas indicam que o Ideb, 60% de sucesso no Ideb tem a ver com a questão socioeconômica do sujeito, independentemente de onde ele mora. É disso que estamos falando.

Então, quero chamar a atenção desta Casa também por isso. As instituições precisam estar alertas, porque precisamos lutar contra essa nova forma de se fazer política no mundo; não é só no Brasil, é no mundo. E precisamos fazer isso acontecer. Então, se é uma escola de pobre para pobre, quem vai resolver isso é o campo político e econômico, não é a escola. Não estou querendo criminalizar a pobreza, longe disso. Acho que vocês estão me entendendo, mas precisamos fazer.

E, aí, a Prefeitura vai falar para desqualificar de modo geral, porque no meio da sociedade isso pega. Se os diretores não estão dando conta, eles precisam ser formados. Então se cria uma palavra, primeiro, “reciclagem”. Já rebatemos isso e eles esconderam “reciclagem” e trocaram agora por “requalificar”. Pelo que os nossos colegas falaram, pelo que estamos dizendo, quem é que precisa se requalificar? Quem é que não é qualificado na educação?

Então, o próprio uso desses termos completamente vazios e indelicados, para dizer menos, para não dizer algo mais desagradável... São pessoas que, de fato, não têm qualificação alguma. Se puxarmos o currículo do nosso Secretário, ele é bacharel em Direito, começou um curso *stricto sensu* de mestrado, em 2019, e consta no currículo *Lattes* dele como em andamento. Para mim é surpreendente, porque nunca vi alguém fazer um curso de mestrado em seis anos sem ser jubilado. Quem conhece a carreira acadêmica sabe disso. Então, são essas pessoas que estão dizendo que precisamos nos qualificar.

A questão da educação pública não é qualificação. Todos os profissionais são muito bem formados. Não estou dizendo que não precisamos de formação em serviço. Ninguém está dizendo isso. Precisamos até para atualizar discussões e os temas da educação pública. Mas o que está sendo colocado é que nós, diretoras e diretores, não temos formação ou qualificação

para exercermos a nossa função, e isso não é verdade.

Então, era isso o que queria dizer. Agradeço a vocês. Vamos ter de lutar. Acho que a Secretaria vai recrudescer as investidas contra nós, porque nos rebelamos. Na segunda-feira, saímos da reunião. O Secretário, na segunda mesmo, começou a chamar, a partir de terça-feira de manhã, para as conversas individuais e também não aceitamos. Então, a qualquer momento pode vir alguma coisa aí e precisamos estar alertas. Mas o importante é sabermos que a nossa força está nas comunidades, está nas escolas, está no sindicato, está com os professores, está na Câmara Municipal, está no Ministério Público, na Defensoria Pública, em todo cidadão que precisa acordar e frear esse processo de desmonte da educação pública e transferência de riqueza para as corporações. (Palmas)

O SR. CELSO GIANNAZI – Obrigado, Cláudio. É importante a sua fala, porque mostra bem a farsa dos números de Ideb, de IDEP e a realidade em que vivemos na nossa escola pública.

Anuncio a presença, e já convido para vir para a Mesa também, da Diretora Margaret Aparecida de Marco, da EMEF Mario Lago. (Palmas)

A SRA. LUNA ZARATTINI – Muito obrigada, Margaret e Cláudio.

Agora passo a palavra para Liliana Santoro Santos, da EMEF CEU Tiquatira. Obrigada, Diretora.

A SRA. LILIANA SANTORO SANTOS – Boa tarde.

Todas as vezes que vou falar, costumo dizer o seguinte: as escolas estão na mesma situação. Todas temos trabalhos que admiramos e a nossa comunidade nos apoia, haja vista todas as manifestações que estão ocorrendo em todos os equipamentos. Então, não preciso sequer falar da minha escola.

Só quero iniciar dizendo que tem um colega meu que é diretor, ele não está aqui, mas é uma pessoa muito bacana, gosto muito dele, e já se aposentou há alguns anos. Há uns 13 anos, era diretora de CEI, e ele foi na minha escola e, enquanto conversávamos, ele disse assim: “Ah, Liliana, estou me aposentando. Vou me aposentar daqui a três anos”. E disse:

“Nossa, já vai se aposentar tão cedo?”. Ele falou: “É”. E falei: “Você está onde?”. Ele falou o nome da escola e: “Mas fico cada ano numa escola, agora”. E falei: “Por quê?”. “Porque só quero namorar. Quando a coisa começa a se complicar, vou embora”. Eu também podia fazer isso, não é? Estou há 13 anos numa escola, uma escola periférica e mãe ameaçando com faca, briga todo dia, droga na porta da escola. Por que sou louca e estou lá? Podia escolher qualquer escola, tenho um RF que daria para escolher. Então, foi uma decisão ideológica e política de trabalhar com preto e pobre. (Palmas)

Por que estou falando “preto e pobre”? Porque foi a fala do Prefeito, uma fala absurda, e tem de tomar muito cuidado. Sou do tempo em que ia para a rua mesmo levar porrada. Então, hoje, a sociedade está muito *light*: toma café com os inimigos e dá risadinha. Não consigo, desculpa. Não consigo dar risadinha para diretor regional, porque eles representam o Governo. Desculpa, não consigo. Sou das antigas e acho que temos de ir para as cabeças, sim, e temos de denunciar o que está acontecendo.

Falaram, nos anunciaram tudo isso através de um RF, e acho que é muito simbólico ser um RF. Sabem por que é simbólico? Vou utilizar uma fala até comum, que agora as mídias propagam, os intelectuais de forma pasteurizada. Então, acho que vou falar o que vocês devem conhecer de Gilles Deleuze, quando falava da Direita e da Esquerda. Ele dizia que a Esquerda parte do universo, parte do todo. Ela parte desse todo e depois vai descendo, vai descendo na Terra, vai descendo num país, vai descendo num estado, vai descendo numa cidade, vai descendo num bairro e vai chegando a mim. Já a Direita parte de um outro princípio, ela parte do “eu”. Eu me amo, não posso mais viver sem mim. O mundo gira em torno de mim. Então, a Direita começou assim conosco. Claro que estou parafraseando. Desculpem-me a liberdade, mas ela passa para um RF. “A culpa é sua, Liliana.” A culpa não é de falta de políticas públicas, políticas sociais, de um absurdo que vemos nas políticas todos os dias, que vemos a possibilidade de a Direita tomar o poder total no nosso País no ano que vem. Vemos a desmobilização. Estamos acompanhando tudo isso e somos uma fração de tudo isso que está acontecendo.

Somos uma fração, então não vou discutir com louco. Falei com a minha colega, agora. Não temos de discutir ideologia: o que Paro falou, o que fulano falou. Não temos de discutir nada, porque eles são loucos. Eles sabem tudo disso, cara. Eles falaram assim: “Vamos pegar 25 escolas periféricas, que têm participação popular, vamos chegar lá e vamos implantar um sistema que vai dizer: ‘Olha, está vendo como melhorou?’. Vamos privatizar. Depois das 25, serão mais 25 e das 25, serão todas da cidade de São Paulo”. Então, temos clareza.

Com louco, não discutimos. Mostramos que não é possível o que está acontecendo. É um abuso. Então, temos de... A grande mídia está contra nós. A grande mídia não está nem aí.

Então, estou dizendo que não sei os contatos de cada um, mas pelo amor de Deus, chegou a hora de colocarmos a boca e falarmos o que está acontecendo. Porque não tem Ideb, não tem nada. É uma perseguição política e ponto final o que está acontecendo. Temos de nos mobilizar e acabar com essa palhaçada. “Ah, podemos não acabar?” Podemos. Porque conversando com um professor hoje na minha escola: “Ah, vamos paralisar”. Eu falei: “Professor, sabe o que acontece? No final do mês, você tem o boleto do apartamento, você tem um boleto do celular, a Netflix, você tem tudo, a sua viagem para o exterior que você paga. Aí, um mês você não trabalha e o Prefeito diz que vai cortar o seu salário. Você vai continuar a greve? Não, porque precisamos de muito para viver”. Então, temos de rever essa sociedade de consumo que nos faz consumir exageradamente, que nos faz ficar reféns do capitalismo.

Digo o seguinte: temos de rever as nossas falas e saber que é injusto com qualquer diretor e com qualquer comunidade. Porque você pode ter a experiência que tiver, pode ter doutorado, pós-doutorado, viajar o mundo inteiro, mas quando você chega numa escola e vai falar com o menino que está fumando maconha, dizendo: “Não faça isso”. Ele grita e diz: “Você não é minha mãe. Cala a boca!” Não tem doutorado que dê conta disso. Você tem de aprender a respeitar aquele espaço. Não há só famílias desestruturadas, mas são famílias com estruturas diversas. Não são famílias burguesas, são famílias que não tiveram opções de vida.

Então, quando olhamos para isso, entendemos. Mas até que ponto este Governo

entende? É o mesmo Governo que esteriliza mulheres, que fala que negros e pobres são responsabilidades nossas, quando, conhecendo a história do Brasil, aconteceu que deram a liberdade aos negros e aos pobres. Que legal, eles são livres agora.

Então, temos de ter clareza, ter visão histórica e saber que estamos na luta. Pode ser que não ganhemos porque é o grande capital, mas não vamos parar de denunciar. É isso que quero dizer para todos.

Muito obrigada.

O SR. CELSO GIANNAZI – Obrigado, Liliana. Importante seu depoimento. Muito obrigado.

Convido para fazer uso da palavra a Sra. Rute Rodrigues Reis, Diretora da EMEF Saturnino Pereira.

A SRA. RUTE RODRIGUES REIS – No púlpito, não. Não precisa, não. Agradeço por estar neste diálogo. Estamos em vários lugares fazendo diálogo. Hoje, de manhã, tivemos diálogos virtuais. É isso: levar essas informações, trazer as reflexões e organizar a nossa luta.

Primeiro, quero dizer que, vindo para cá, no metrô, estava escutando os filósofos, os Racionais MC's. Porque foram eles que, de alguma forma, também me formaram na vida, para além de todas as instituições pelas quais passei. Passei pela educação pública na educação infantil, na EMEI Antonio Gonçalves Dias. Depois, na EMEF Brigadeiro Aroldo Veloso. Sou criadessa educação pública do município de São Paulo. Depois percorri toda uma vida de estudo e quero dizer que os Racionais MC's, e tantos outros desse movimento, me formaram profundamente. E tenho ouvido todos os meus filósofos preferidos. (Palmas)

Todos os colegas já colocaram perfeitamente a situação que estamos passando e quais são as nossas realidades. A EMEF Saturnino Pereira não é diferente. Tem as suas especificidades. É conhecida como escola “aquilombação”, por conta dos grafites gigantes que têm na escola, mostrando que é uma parceria com o movimento *hip-hop*. Os meninos conseguiam a atuação com dinheiro da cultura. Diziam: “Vamos transformar essa escola numa escola museu a céu aberto, cor do grafite”. Então, é uma escola que expressa imediatamente o

campo de resistência e todas as suas contradições internas. Todas as suas contradições internas as escolas têm. Não é isso?

Estou nessa comunidade há 14 anos. Temos envolvimento e uma participação intensa na comunidade. A comunidade olha para a escola e vê uma parceria nos momentos mais difíceis que aquela comunidade já passou. Digo isso porque a escola atende tanto a Favela Souza Ramos como a Favela Iguatemi. Eles sabem que, na hora em que as enchentes levam as coisas, na hora em que o fogo pega, é para a escola que eles ligam imediatamente. É para a escola que eles mandam mensagem: “Rute, olha as águas levando tudo. Estamos precisando de ajuda”. Fazemos ali todo o movimento para aquela comunidade.

É aquela comunidade também que, há alguns anos, saiu em todos os noticiários porque as crianças chegavam com feridas na perna. Um dia uma criança começou a gritar. Não sabíamos o que estava acontecendo e ela apontava para perna. Quando a levamos ao hospital, a criança estava com dois bernes se movimentando dentro da carne. As crianças atravessavam o córrego por dentro do rio porque não havia uma ponte. E nos aliamos à comunidade para construir a ponte, para que as crianças conseguissem passar para o lado da escola sem atravessarem pelo rio.

Então, é dessa comunidade, dessas realidades que estamos falando, que tem a sua especificidade, mas que é muito parecida com as outras comunidades. Portanto, eles sabem com quem estão mexendo. Não é aleatório esse movimento que fazem. Sabem que, para que pudessem colocar em pauta as ações que querem colocar, precisavam nos afastar. Por dentro da escola, não conseguiriam conosco presentes lá. Então, é esse o projeto, é um projeto da cidade, mas é um projeto do estado, que se repete em vários outros estados deste país.

Então, somos assim, somos organização. A bancada de parlamentares presente precisa buscar os esquemas por trás dessas ações, os esquemas financeiros por trás dessas ações. Caso sejam descobertos, virá a pauta de Justiça. Talvez seja uma das formas de atingi-los e parar com essa sanha, que é uma sanha capitalista e fascista ao mesmo tempo, porque fazem parte do mesmo jogo.

Portanto, é preciso agora a atenção a cada passo que dermos. Porque como chega na comunidade, é também um processo de disputa com as comunidades. Eles propagam essa história de que vão oferecer uma educação privada e a lógica de recrudescimento da cabeça da população em acreditar no suposto serviço privado como a salvação de todos os problemas e a destruição do serviço público, e essa também é uma questão que temos de enfrentar e dialogar permanentemente.

Saúdo a todos aqueles que continuam na luta, sejam os movimentos populares, a criançada, a molecada na escola, os grêmios organizados, as professoras organizando essa reflexão na escola, os parlamentares. E digo que a nossa luta só está começando.

Quero voltar a buscar os nossos intelectuais, os nossos filósofos, e dizer, como diz a nossa grande poeta. Quem é a nossa grande poeta hoje? Conceição Evaristo, que diz: “Combinaram de nos matar, mas combinamos de não morrer”. É disso que estou falando.

- Manifestação do público cantando um refrão.

O SR. CELSO GIANNAZI – Obrigado, Rute. Obrigado pela sua fala, por nos trazer essa realidade.

Anuncio também a presença da Professora e Supervisora da rede municipal, Deputada Federal Professora Luciane Cavalcante, membro titular da revisão do Plano Nacional de Educação, Parlamentar que nos representa no Congresso Nacional. Quero convidá-la para compor a Mesa conosco. Seja bem-vinda.

O próximo inscrito é o Diretor João Bosco, da EMEF Professora Olinda Menezes Serra Vidal.

O SR. JOÃO BOSCO – Boa tarde a todos e a todas. Não sabia que ia falar. Não preparei nada. Estou aqui para escutar. Sou um dos 25, entre aspas, incompetentes, conforme essa pecha que nos colocaram. Depois de mais de 30 anos na educação, 15 anos na mesma escola, sofrer esse tipo de violência, de assédio, nos entristece grandemente.

É impressionante perceber o que estão vindo nos dizer. Até então não sabia do currículo do Secretário. Não é o meu caso. Não estudei tanto quanto outros que estão presentes

nesta audiência, mas virem falar que eles entendem de educação, que sabem o que acontece nas nossas escolas por conta de um índice, que é um pequeno recorte, e que eles vão nos ensinar como sermos competentes em sete meses, voltarmos para a escola e mudarmos tudo, é um absurdo. É um absurdo isso. É a mesma coisa do vizinho que não o conhece, que mudou agora para o seu prédio, e fala: “Olha, você não está sabendo criar seu filho, sua família. Vou lhe dizer como. Vou dizer como sua mulher pode ser melhor. Vou dizer como seu filho e sua filha podem se comportar melhor”. É isso.

Porque depois de 15 anos... Há colegas aqui, o Carlos está há 24 anos no Caio Sérgio, que é um modelo de escola. Tenho inveja do Carlos, pessoal.

– Manifestação fora do microfone.

O SR. JOÃO BOSCO – Esses caras chegaram outro dia aí. O nosso Prefeito, há cinco anos era um desconhecido, praticamente. Claro, era Vereador e tal, mas a população, a grande população, não o conhecia.

E esse homem, hoje, com seu Secretário, está dizendo o que devemos fazer, como vamos ficar competentes. É óbvio que isso daí é tudo um teatro. É uma mentira. A intenção é muito outra. Eles ficam pegando aquele exemplo do Liceu, coisa mais bizarra, porque é uma outra realidade, um outro momento. Não se pode pegar um recorte desses e falar para uma região, para uma rede gigantesca e diversa como a nossa, que aquilo vai ser a solução. É a mesma coisa de dizer assim: “Ah, toda escola de pobre é tudo igual e a solução é a mesma”. É uma coisa amadora mesmo. Puro amadorismo.

Então, quer dizer, não é por isso, porque eles não são tão tontos assim. Na verdade, a ideia é outra. A ideia é mesmo uma coisa muito maior. Tanto é que o Prefeito acabou, todo orgulhoso, entregando três escolas novas para a iniciativa privada, para ONGs sem fins lucrativos. Fico impressionado como pode ser sem fins lucrativos.

E estava falando com a Rute: “Jesus, 22 bilhões de reais, olha quanto dinheiro”. Aí você entende a intervenção. É um baita negócio. A Diretora Rute, essa baixinha é brava. Ela já deve estar, mais ou menos, com a minha idade, e assim mesmo mantém toda essa energia.

Outro dia estava falando dos diretores e diretoras jovens. Por exemplo, nunca tinha visto este rapaz na vida.

– Manifestação fora do microfone.

O SR. JOÃO BOSCO – Não, esse outro aqui. O altão bonitão. Não sou gay não, mas ele é lindo. Bonitão, forte, e com uma energia, mas não é a parte externa, é uma energia que vem de dentro. Então, não conhecia esse rapaz e passei a ser um admirador dele, no alto dos meus quase 64 anos. Então, estava falando outro dia que ouvi aquelas moças que são novas diretoras falarem. E vi a energia, a propriedade e a formação que elas têm. E falei assim: “Puxa vida, estou praticamente saindo da educação, mas a educação está em boas mãos”. E é isso.

A SRA. LUNA ZARATTINI – Muito obrigada, João.

Agora, chamo, para fazer uso da palavra, a Diretora Margaret Aparecida de Marco, da EMEF Mário Lago.

A SRA. MARGARET APARECIDA DE MARCO – Boa tarde a todos. Nossa, é difícil falar depois de tantas falas brilhantes. Mas acho que vale retomar o tempo.

Entrei no Mário Lago em 2004, era lata. Era latinha, as escolas pobres de latinha. E quando fui para lá, era a lata e uma floresta atrás, porque era a mata fechada, casinhas humildes, mas a vulnerabilidade social já estava lá.

Fiquei como professora até 2008. Desci o morro, voltei em 2017. Por que voltei em 2017? Porque as pessoas lá são pobres de recursos financeiros. Ah, mas elas não são pobres de luta, não são pobres de espírito, não são pobres de caráter, não são pobres de sonho. Isso, gente, a minha comunidade tem de sobra. Sou apaixonada por aquele lugar. Sou apaixonada por aquela gente. Sou apaixonada por tudo que aprendo todos os dias com as minhas crianças e com as minhas famílias.

Então, quando vem alguém que nada entende da nossa escola, nem da escola dos meus colegas, querer nos roubar de lá, não somos só nós que vamos perder.

Faltam oito anos para me aposentar. Como disse a Liliana, poderia estar em qualquer outra escola, menos complexa, menor. Meu emprego ninguém vai tirar. Não cometi nenhum

crime, mas querem me tirar de onde escolhi estar, do lugar em que sou feliz, de onde sei como ajudar aquelas pessoas a encaminharem as lutas que têm dentro de suas almas.

Essa é minha função. Porque ninguém sobe o morro, ninguém vai às periferias, ninguém viu a fome batendo na pandemia. Ninguém ouviu, como ouvi: “Professora, tem um fubá, aí, sobrando? Porque vou misturar com água e dar para as crianças lá em casa, porque a única coisa que vai ter, se a senhora me der, vai ser o fubá”.

Então, se antes da pandemia o negócio já era *punk*, na pandemia, o que aumentou foram os pontos de reciclagem, os *tablets*. Que *tablets*? Chegaram. Chegaram no fim da pandemia. Ah, os *chips* nunca funcionaram, todo dismantelo que teve na educação. Ah, mas isso o Governo não está enxergando. Vamos dar a desculpinha do Ideb, como os meus colegas falaram. É, vai dar certo. Vamos pôr o diretor para estudar. É. Ok.

Estamos trabalhando todo esse tempo para a melhoria da aprendizagem das crianças e não nos preocupamos com Ideb, não. Porque, como disseram os colegas, provinha alguma mede autonomia, mede criatividade, mede responsabilidade social, mede cidadania, mede amor ao próximo e a si mesmo. Isso não mede. Não mede como está o psicológico da criança cuja mãe foi assassinada na sua frente. Isso, o Ideb não mede. Não mede a criança de nove anos que olha para você e fala, assim: “Professora, não queria estar aqui, hoje, aprendendo.” “Por que, meu filho? O que está acontecendo?” Você acha que é *bullying*, que é alguma coisa da escola. “Professora, toda vez que venho para a escola, meu pai bate na minha mãe. Então, hoje, sei que vou chegar em casa e ela vai ter apanhado.” Como é que esse menino aprende, pensando se hoje a mãe dele vai estar com um chute, com um soco, com o braço quebrado? Porém, esse menino aprende, não é? Não aprende, mas continuamos nessa luta diária.

Quanto aos dados, mandamos as sondagens para as diretorias de ensino, no mínimo, bimestralmente. Então, eles sabem, sim, que as nossas crianças estão avançando nas aprendizagens e que a probabilidade de irem muito bem, nas provas de final de ano, é grande, porque estão em avanço. Medimos isso periodicamente, mas, aí, vão dizer o quê? “Viu? Foi só

tirar a desqualificada para requalificação e os meninos avançaram.”

Assim, vocês, mães e pais que estão aqui, estudam para o vestibular. Vocês estudam, mas quem vai prestar o vestibular é o filho de vocês e vai dar tudo certo. Não é a mesma lógica? Faço cursinho de requalificação, porque sou uma desqualificada, e, aí, os meninos irão bem na prova, porque o meu cursinho, sei lá o que é que vai fazer. É mágica, colega. Deve ser um processo mágico, assim, uma telepatia, e, aí, vou aprender sei lá o que com sei lá que gente, porque não temos só qualificação acadêmica. Temos qualificação sobre vulnerabilidade social, chão de escola, empatia, psicologia, ser mães, ser pais, mas o que mais me assusta é a cara de pau do Governo de vir falar da privatização.

Então, o problema não é fazermos cursinho. Não é Ideb coisíssima alguma. É roubar de novo as nossas crianças. É privatizar. “Ah, mas, é o dinheiro público para o poder privado”. Isso é o que está menos me doendo. É porque, de novo, essas crianças vão ser roubadas de seus portos seguros, porque é na escola que elas podem desabafar. É na escola que vemos uma criança de seis anos com marcas de chinelo no corpinho e vamos procurar ajuda da rede de apoio que não funciona, da conselheira tutelar, que falou assim: “Querida, um tapinha não faz mal a ninguém. É educativo”. A criança está com a xerox da sola do chinelo grudada no seu corpo. Então, quem vai cuidar das nossas crianças? Chega lá uma empresa, com seus professores contratados, e, aí, vão saber quem são as nossas crianças? As nossas histórias? Do nada, vocês confiam em alguém, aí, para desabafar? Não, não é? Por que com nossas crianças vai ser diferente? Ah, não, eles são robózinhas que vão lá, só ler, escrever, contar, e está tudo bem. Eles não têm nem alma, não é? Será que têm alma? Será que o Governo acha que nossas crianças têm alma? Não sei mesmo.

Então, é isto o que me angustia: saber que vão nos roubar de nossas crianças, porque somos os ouvidos deles, o colo deles, o abraço deles. Têm uns que nos chamam de mãe, de vó, de tia, de pai e de tio, porque têm os professores. Não é só tia. É porque eles se sentem pertencentes. Alunas do grêmio me abraçaram quando veio todo esse furdunço de que íamos ficar por 36 horas, a princípio, em requalificação. “Professora, tenho a senhora como a minha

segunda mãe. Como assim, estão me roubando a minha mãe?” É isso que dói.

Uma coisa pela qual temos de lutar não é só pela privatização. Não é só pelo direito de o diretor ficar lá, na escola dele, e sim pela revogação da Lei nº 18.221. Enquanto não revogarmos essa lei, todos estaremos na berlinda, porque amanhã o nosso querido Prefeito pode falar assim: “Querida Margaret, temos 170 cargos vagos de diretor. Acho que, pelo seu perfil, você pode ir à escola, sei lá, em qualquer lugar, aí.” Eles não deram direito ao concurso de acesso. Ou seja, onde está concurso público para essas 170 vagas? Querem privatizar 50.

Olha, tenho três escolas, então, para escolher, para dar licença, caso eles me deem escolha, porque já estou assim: qual vai ser o processo de remoção? Na saúde foi assim. Um belo dia, eles chegaram lá, nos hospitais da saúde: “Olha, meu amor, a partir de tal data, aqui vai ser totalmente privatizado. Vocês escolham para onde vão.” As pessoas estão andando, porque eles estão privatizando e as pessoas indo, porque elas têm direito de cargo. Então, tem de ser revogada a Lei nº 18.221 para ontem.

É isso, gente. Muito obrigada.

A SRA. LUNA ZARATTINI – Anuncio a presença do nobre Vereador João Ananias, do PT. Se quiser assomar, também, à Mesa, seja bem-vindo.

O SR. CELSO GIANNAZI – Agora, vamos dar sequência com os inscritos. Vamos alternar entre os sindicatos, os alunos do grêmio, a Imprensa Jovem e os Parlamentares que estão presentes, que têm, também, outras atividades da Câmara Municipal. Vamos fazer essa alternância e vou passar a palavra, já, para a nobre Vereadora Silvia da Bancada Feminista. Logo na sequência, o sindicato vai falar. Será a Sra. Letícia, representando o Sinesp.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Achem o erro nesta audiência pública. Onde está o Secretário de Educação? Sabem por quê? Não é normal, em uma democracia, uma pessoa que tem um cargo público e que ganha um salário pago pelo povo ser convocada para uma audiência pública e não estar presente. Isso não é normal. Não podemos normalizar que, numa democracia, um Prefeito ou um Secretário vire as costas quando convocado, porque isso

não é normal numa democracia.

Numa democracia, quando o Executivo tem uma proposta, tem de vir, no mínimo, dialogar, e não foi isso o que aconteceu, nem está acontecendo. Não é normal os diretores serem convidados para dialogar e o Secretário de Educação ficar por três minutos, ler uma frase do Paulo Freire, e sequer saber o que leu, e sair correndo. Não é normal. Não é normal os diretores terem sido chamados, individualmente, às DREs. Isso é assédio. Então, o que está acontecendo não tem nada a ver com o jogo democrático, não. Não é democrático. A primeira coisa é evidenciarmos que é um autoritarismo do Sr. Prefeito Ricardo Nunes e do Secretário Fernando Padula, que se recusaram a vir aqui prestar qualquer tipo de satisfação.

Ontem, protocolamos a convocação do Secretário e foi derrotada, porque 23 Vereadores votaram contra. Inclusive, alguns disseram: “Não precisa convocar, porque ele vai estar presente à audiência”. Onde está? Não está aqui para ouvir. Era ele que tinha de ouvir todos os relatos.

E mais: é desrespeito total esse curso. Não preciso nem repetir tudo o que os colegas já disseram, que o Ideb é uma farsa. Basta pegarmos dois ou três estudiosos da educação e essa falácia da justificativa do Ideb não para em pé. Nem pelos dados, nem pela análise das escolas, não para em pé. Então, vamos ver que isso não está valendo.

Aí, numa semana ele anuncia o curso e na outra semana ele anuncia a privatização das escolas. É só ligar os pontos. Ele anunciou que vai privatizar três escolas – cada escola com uma média de 30 milhões de reais dos cofres públicos sendo gastos para construir os prédios, que serão entregues para quem? Quem será que vai ficar com isso? Umas organizações sociais sem fins lucrativos amigas do Sr. Prefeito, não é? Só pode ser.

Se é dinheiro público, temos o direito de debater. A sociedade tem o direito de debater. Eles não podem fazer isso. Trinta milhões de reais constroem prédios estruturados. Muitos vão ser melhores que os das nossas escolas ou não e, aí, vão ser entregues para a iniciativa privada. Ele quer fazer isso com todas. Vai começar, lá, com as três, e vai fazer isso com todas.

Ele pegou o modelo do Liceu. Já sabíamos que esse modelo do Liceu ia servir para isso, porque o modelo do Liceu não serve para nada. No modelo do Liceu, são 274 alunos do ensino fundamental e as nossas escolas têm mais de 1.300. Então, não é modelo. O Liceu não é modelo para nada. Assim, usa-se o modelo do Liceu como parâmetro para justificar o injustificável, que é a privatização.

A privatização, sabemos muito bem o que é. São grandes empresas que querem abocanhar o dinheiro público, porque já não conseguem mais tirar seus lucros das redes privadas. Esse é o neoliberalismo na educação. É esse o neoliberalismo que está fazendo com que professoras morram por conta de plataformização. É esse neoliberalismo que está fazendo as pessoas que estão na educação ficarem doentes. É esse neoliberalismo que precisamos rechaçar na Prefeitura de São Paulo.

Aqui não! Aqui, teve Secretário Paulo Freire. Não podemos deixar isso acontecer. Não que pudessem ter deixado nas outras redes acontecer, como no Paraná e na rede estadual, mas temos o bastião para defender e temos de cerrar fileiras.

Hoje, nossas escolas estão sem papel higiênico e sem saco de lixo. Hoje, eles mandaram *e-mail* falando para os diretores pegarem dinheiro do PTRF para comprar saco de lixo. Sabem por quê? Porque a empresa amiguinha do Sr. Prefeito, à qual o Sr. Prefeito deu prêmio em janeiro, que é a Lume, não paga os funcionários. Tem trabalhadora trabalhando 12 horas por dia nas nossas escolas, seja na merenda, seja na limpeza.

E mais: 68 trabalhadoras da Lume que reclamaram que não estavam recebendo pagamento e foram à manifestação conosco, foram demitidas por justa causa, porque a empresa é privada e é esse o modelo que eles querem colocar nas nossas escolas, porque com aqueles que discordarem eles querem fazer o quê? Demitir. Onde já se viu diretor falando com propriedade, com autonomia? Eles não querem isso. Eles querem capachos e aqueles que se levantam, eles demitem. É esse o modelo que eles querem colocar.

Por último, só digo o seguinte: numa das entrevistas do Padula, ele contou que tem criança que chega à escola, vai embora na sexta-feira com uma fralda e volta na segunda-feira

com a mesma. Ele disse: “Essa é a vulnerabilidade dos pais.” E digo: não, essa é a vulnerabilidade da cidade de São Paulo, que tem um Prefeito que não olha para a desigualdade social. Não é a vulnerabilidade dos pais, das famílias, das mães. É a vulnerabilidade de uma cidade em que o nível de desigualdade só aumenta, em que se é empobrecido, porque ninguém nasce pobre; as pessoas nascem empobrecidas pelo sistema. É isso. Então, a vulnerabilidade é do Sr. Prefeito Ricardo Nunes e do Secretário Fernando Padula, que não sabem fazer política pública decente na cidade de São Paulo.

– Manifestação do público.

A SRA. LUNA ZARATTINI – É isso aí.

Agora passo a palavra para a Sra. Letícia, do Sinesp, e, depois, ao nobre Vereador Hélio Rodrigues.

A SRA. LETÍCIA GRISÓLIO DIAS – Boa tarde a todas as pessoas presentes. Boa tarde à Mesa, muito bem representada pelos nossos diretores e diretoras que trouxeram a realidade das suas unidades.

De fato, é lamentável não termos a presença de representantes, do próprio Secretário da Educação e de outros Vereadores e Vereadoras também, que precisam se somar a esta luta, porque é a luta pela educação pública desta cidade e pelo serviço público, que estão sendo entregues para a iniciativa privada.

Destaco na minha fala algo que ficou também evidenciado na fala dos nossos colegas diretores e diretoras, mas quero trazer uma denúncia muito forte, assim como o Sinesp tem feito na Justiça, que é o adoecimento desses profissionais por conta das ações assediadas da Secretaria Municipal de Educação e das próprias diretorias regionais. Não quero dizer de todas, mas há o comportamento de envio de telefonemas, *e-mails* e mensagens, fora do horário de trabalho, chamando para reuniões que desrespeitam a rotina desses trabalhadores da educação. As mensagens indicando, numa quinta-feira à tarde, que a partir de segunda-feira essas diretoras e diretores não estariam mais em seus locais de trabalho representam, sim, situações de assédio e de coação, porque essas pessoas foram chamadas para reuniões de

forma isolada. E a Secretaria Municipal de Educação manteve esse tipo de comportamento quando se negou a fazer um diálogo com todos nós na segunda-feira e na terça-feira começou a fazer convites de forma individualizada. Não aceitaremos esse tipo de atitude. Faremos a defesa dos nossos colegas e não permitiremos que adoeçam por conta desta Secretaria Municipal de Educação. Seremos resistência também com o nosso corpo físico.

Trago outra questão: ninguém é contrário à formação. Formação faz parte da nossa natureza como seres humanos e como educadores, e temos exemplos muito bons, aqui, de profissionais que têm uma qualificação muito maior do que aquela dos que se intitulam mentores nas diretorias regionais, que terão a coragem de oferecer uma formação para este grupo. Mas quero perguntar: qual é a base científica que argumente e que dê conta de dizer que o afastamento desses diretores e diretoras para um curso de formação que vai até dezembro vai garantir que a aprendizagem dos nossos meninos e meninas aconteça ainda no ano de 2025? Qual é a fundamentação legal para esse tipo de ação?

O Sinesp está na Justiça brigando por todas elas, mas precisamos dialogar com a sociedade, assim como as unidades envolvidas estão dialogando com suas comunidades. Precisamos ampliar esse debate e, por isso, estamos nesta Casa. Já encontrei com assessores de Vereadores que fazem parte, inclusive, da base de apoio do Prefeito. Precisam entender o que está posto e que isso é um crime contra a educação de São Paulo.

Falar das ilegalidades é fácil, porque são muitas, entre elas, a Lei nº 18.221, que foi aprovada nesta Casa de forma vergonhosa. Vimos muitos Parlamentares fazendo a defesa de um texto cruel, punitivo, que pune aqueles que adoecem na educação. Assim, tivemos a indicação de retirada da JEIF aos professores readaptados ou àqueles licenciados há mais de 30 dias, mas o artigo 44-A já sinalizava o afastamento dos diretores. Entretanto, esse mesmo artigo traz a ilação de outros artigos que não existem na lei e ferem princípios constitucionais. Temos certeza de que vamos ganhar isso, mas pedimos, sim, a sensibilidade desta Casa para a revogação, para a rediscussão desta lei, porque é necessário.

Mais uma vez, é um crime contra a cidade de São Paulo e contra a Educação.

Ilegalidades são postas, inclusive, em relação à gestão democrática, quando, numa medida de intervenção, a Secretaria da Educação entende que pode dizer quem vai ser o terceiro ou segundo elemento, dependendo do módulo das unidades, que comporá o apoio a esses diretores que serão afastados. E uso a palavra afastado, porque são afastados não como ato administrativo de retirada total, mas não estarão desempenhando as suas atividades rotineiras como diretores de escola. O primeiro recuo da Secretaria da Educação foi dizer que não serão mais cinco dias na semana de afastamento, mas quatro. Como um diretor de escola, uma diretora de escola vai garantir a execução das suas atividades como gestor responsável por aquele equipamento em um único dia? Isso também é uma ilegalidade. Assim, como esse terceiro interventor, ou AD, como queira chamar.

A Secretaria Municipal de Educação se comprometeu a fazer uma publicação suspendendo essa nomeação, mas até agora não o fez. A Secretaria Municipal de Educação não tem cumprido acordo algum, inclusive os realizados na mesa de negociação pós campanha salarial. Não preciso dizer da vergonha que foi esta Casa ter aprovado 2,6% de aumento aos servidores públicos que estão lá na ponta, nas dificuldades que já foram ditas.

Temos outras ilegalidades postas e vamos combatê-las, mas para isso, vamos precisar de um movimento muito grande na rua, porque foi esse movimento que fez com que a Secretaria Municipal de Educação recuasse.

Venho chamar todos vocês para o ato que faremos amanhã de manhã em frente à Secretaria Municipal de Educação. Precisamos trazer outras escolas, porque não são apenas os colegas que estão aqui na Mesa que estão sendo ameaçados. Toda a educação, todos os servidores estão ameaçados por esse projeto de entrega do serviço público e agora da educação pública, desta cidade, para a iniciativa privada.

Queremos ficar sem papel higiênico? Queremos ficar sem alimentação, a dieta especial para as nossas crianças? Porque é isso que está posto desde o início do ano, ou melhor, há muito tempo, quando tivemos, na pandemia, um período, inclusive que é o recorte feito de resultados, a redução das trabalhadoras da limpeza nas unidades.

Estamos entregando o serviço público para uma precarização. Nós não. Este Prefeito está entregando. Temos de combater.

Encerro dizendo que não podemos entregar o que eles querem, que são os recursos públicos. É isso que está posto e quem não entendeu, precisa se somar a essa luta.

Muito obrigada.

A SRA. LUNA ZARATTINI – Obrigada, Letícia.

Anuncio a presença do nobre Vereador Dheison Silva.

Passo a palavra ao nobre Vereador Hélio Rodrigues. Antes, peço que todos se atentem para o tempo, porque ainda há alguns sindicatos, pessoas para falarem, estudantes. Em seguida ao nobre Vereador Hélio, teremos a fala do estudante Vinicius Alves, do Grêmio Estudantil EMEF Rui Bloem.

O SR. HÉLIO RODRIGUES – Boa tarde a todos, companheiros e companheiras. Serei bem rápido e sucinto. Temos uma outra audiência, da Comissão de Saúde, da qual sou membro, mas quero fazer uma fala rápida para me solidarizar com a categoria, com os trabalhadores, com os professores, com os gestores, com os nossos diretores, com os alunos.

Os sindicatos cumprem um papel essencial e fundamental nessa luta. Sem sindicato, dificilmente conseguiríamos organizar essa luta.

Estava conversando com o nobre Vereador Eliseu Gabriel, bem rapidamente, por que chegaram nesses diretores? Depois da fala dos diretores, que estava muito ansioso para escutar, entendi por quê. Tem de ser com essa qualidade, que tem de atacar mesmo. Eles têm de atacar aqueles que são resistentes e têm conteúdo. É isso que está acontecendo. E agora a Prefeitura acabou de publicar, no EducaPrefSP, avanços na Educação Municipal, falando exatamente sobre qualificação para os gestores. Diretores mais preparados, alunos com mais oportunidades. Será oferecido curso de qualificação para os gestores das escolas com pior nota do Ideb. O critério é técnico e o foco é melhorar o aprendizado.

É uma atrocidade atrás da outra. Sabemos que educação não se trata dessa forma. Educação tem de ter gestão. Educação tem de ter muito mais que a sala de aula. Tem de ter o

que esses profissionais, esses diretores muito capacitados fazem dialogando com o território, escutando a comunidade. E o que vemos hoje é um Prefeito com uma postura clara, pensando na sua pré-candidatura ao governo do ano que vem. Está entregando tudo aquilo que pode entregar para convencer os bolsonaristas mais radicais de que ele é tão liberal quanto eles. É isso que está colocado agora nessa disputa. E vai entregar tudo e vamos ter de cerrar fileiras e resistir, nobre Vereador Professor Toninho Vespoli, que tanto milita na área da educação, nessa batalha importante que temos pela frente.

Sou trabalhador da indústria há 40 anos. Até hoje estou vinculado à indústria. Sr. Professor Diretor Cláudio, do Espaço de Bitita, quando eles falam - e eu falei isso com a nobre Vereadora Silvia Da Bancada Feminista ontem, quando me concedeu um aparte -, em privatização, colocar o setor privado, isso é um engodo, é uma mentira, porque o setor privado não se relaciona naquilo que podemos falar que tem de mais competente. O setor privado não se relaciona desse jeito com o estado. O que eles estão fazendo é abrir os cofres do estado para grupos de interesses específicos dos amigos deles. Foi o que fizeram com o serviço funerário. Não vamos nos esquecer da concessão do serviço funerário, que piorou. A saúde: uma aberração. São 14 bilhões por ano nas mãos de OSs que não prestam contas dos serviços que fazem. É um absurdo. E esse absurdo agora querem fazer com o orçamento da educação. Não vai melhorar em nada. Acho que uma das diretoras, das diversas falas potentes e esclarecedoras que escutei hoje, bem disse que o jogo é o seguinte: é colocar recurso público na mão de meia dúzia de especuladores para poder enriquecê-los.

A educação não vai melhorar um milímetro. Pelo contrário. Vai recuar metros, quilômetros de tudo que já foi feito até hoje.

Estamos na luta. Contem com o nosso mandato e com o mandato destes Vereadores que se colocam à disposição da luta da classe trabalhadora e da educação, especificamente.

Muito obrigado, companheiros e companheiras.

O SR. CELSO GIANNAZI – Obrigado, nobre Vereador Hélio Rodrigues.

Próximo orador, Vinicius Alves, do Grêmio Estudantil da EMEF Rui Bloem. A EMEF

Rui Bloem, também, como outras, já foi premiada. Passou na TV Cultura com o Projeto Político Pedagógico. O Rodolfo, que é o Diretor, estava na relação também e foi retirado depois pelos índices. Ele não está presente, mas o Grêmio Estudantil está representando a comunidade escolar em defesa da escola pública.

O SR. VINICIUS ALVES DA SILVA – Boa tarde a todos. Sou Diretor do Grêmio Estudantil EMEF Rui Bloem, e subo a esta tribuna para dizer que os estudantes estão indignados com o que está acontecendo com a educação na cidade de São Paulo.

É preciso dar nome ao que está acontecendo nas escolas públicas: um ataque direto às gestões democráticas das escolas municipais, à autonomia escolar e à dignidade dos educadores. Estão rasgando a Constituição Federal, principalmente o disposto no artigo 206, que traz princípios que falam de como o ensino deve ser ministrado nas escolas.

O afastamento de 25 diretores, por parte da gestão do Prefeito Ricardo Nunes e do Secretário Fernando Padula, é um escândalo. E o mais revoltante, tentam justificar esse ataque com dados distorcidos do Ideb e do IDEP. Números que não correspondem à realidade vivida nas escolas. Ouvimos todos os diretores, que compartilharam conosco a realidade das escolas.

Se a intenção era punir a incompetência, eles deveriam começar pela própria Prefeitura. Esses diretores não são números. São educadores com história, são educadores com trajetória que conhecem seus alunos, suas comunidades, suas realidades. Muitos são responsáveis até por projetos premiados na Câmara Municipal e em outras instituições, reconhecidos tanto na cidade de São Paulo quanto fora dela. Porém, mesmo assim, foram descartados como se fossem lixo. E foi exatamente o que o Prefeito deixou subentendido, quando diante da Câmara dos Deputados, na Comissão, falou que os diretores fariam um curso de reciclagem. E é importante destacarmos que o que se recicla é lixo, e os diretores não são lixo. Então, esses diretores não devem ser reciclados. O que precisa ser reciclado é esse modelo de gestão autoritária e tecnocrática que trata a escola pública como se fosse uma empresa falida e o que vimos foi uma tentativa clara de replicar as práticas do regime militar. Cala-se, troca-se, impõe-se, mas não contavam com a resistência.

É por isso que estou hoje nesta audiência representando os estudantes. E é por isso que estudantes, professores, pais, mães estão se mobilizando. Na nossa escola EMEF Rui Bloem fizemos assembleia geral com alunos, reunimos a comunidade escolar, organizamos protesto e fechamos a rua em frente à escola. Nossa voz não será silenciada. Porque enquanto o Governo tem a caneta, nós temos a consciência e a coragem.

A situação da nossa escola, muitas das vezes, é um retrato de abandono generalizado. Por exemplo, temos hoje cinco vagas de professor módulo no Fund 1, período tarde, que estão desde o início do ano desocupadas. Não temos professores de módulo de matemática e de arte. Como podemos dizer que o que está acontecendo na educação da cidade de São Paulo é algo bom?

Vi, há pouco, um *post* na conta do *Instagram* da Secretaria de Educação da Prefeitura, a respeito de tantos feitos, e percebemos quantas mentiras são publicadas. A cada *post* vemos uma mentira diferente.

Quando olhamos para as EMEIs conveniadas a realidade é ainda mais dura. Falta estrutura básica, falta segurança, falta valorização. Professores recebem salários vergonhosos, trabalham em condições precárias e ainda são culpabilizados pelos problemas que os próprios governos criam. Há professores, em escola pública, que faltam apanhar do aluno. Há professores de escola pública que saem da sala chorando. Isso é uma realidade triste que o Governo está tentando apagar.

As prestações de contas dessas instituições são, no mínimo, duvidosas. Há cortes, segundo dados orçamentários, de mais de 27% no PTRF e não há transparência sobre onde foi parar o dinheiro da educação.

A mesma lógica de desmonte se aplica à saúde pública. UBS sendo privatizada na surdina, sem debate com a população. O atendimento é uma tragédia, filas intermináveis, falta de médicos, desumanização. Eu mesmo estou esperando uma consulta no otorrino desde janeiro, pelo SUS. Até agora não saiu nada. Até agora não saiu uma notificação. E aí seguimos.

É perceptível a tristeza que estamos vendo. A verdade é dura, mas precisa ser dita.

REUNIÃO: 21177 DATA: 05/06/2025 FL: 41 DE 84

Ricardo Nunes não entende da cidade de São Paulo. Fernando Padula não entende de escola e ambos governam com arrogância, distância e desprezo pelas periferias.

Para encerrar, é importante destacar e falar que chega! Chega de tratar a escola pública como laboratório de gestão falida. Chega de brincar com o futuro da juventude, com os jovens da escola pública. A Câmara precisa se posicionar. O silêncio de muitos Vereadores é inacreditável. É cumplicidade. E saibam, se esta Gestão seguir nesse caminho de desmonte e violência institucional, terá como resposta cada vez mais estudantes nas ruas, cada vez mais escolas em luta, cada vez mais vozes se levantando.

Na nossa escola, fizemos mobilização. Estivemos na EMEF Amadeu Mendes com mais de cinco grêmios e estamos hoje, mais uma vez, convocando escolas, grêmios e conselhos para continuarmos na luta e protestando contra essa política de destruição que tentam impor nas escolas públicas e na educação da cidade de São Paulo. Estamos lutando por uma educação de qualidade, contra a privatização, contra a terceirização, contra esse modelo autoritário. Precisamos erguer as nossas vozes, principalmente dos estudantes, com apoio dos Vereadores, com apoio da gestão, com apoio dos professores. Juntos, a nossa voz vai vencer toda essa política de destruição, todo esse autoritarismo, todo esse copia e cola que o Prefeito quer fazer do estado de São Paulo. Não vamos permitir que isso aconteça na cidade de São Paulo.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. CARLOS GIANNAZI – Parabéns ao Vinicius e ao Grêmio Estudantil. Vocês são fruto dessa escola pública, da gestão democrática na escola pública, do trabalho que desenvolve o Rodolfo, na EMEF Rui Bloem, não só o Rodolfo, mas toda a gestão escolar: as professoras, professores, o quadro de apoio dessa escola pública libertária, escola de Paulo Freire. Vocês são fruto disso. E é sobre isso que estamos falando. O Sr. Prefeito quer destruir essa escola pública que vocês nos trazem. Obrigado.

Parabéns.

A SRA. LUNA ZARATTINI – Muito obrigada, Vinicius, você nos representa. Muito importante essa voz. O movimento estudantil está presente. Também participei de grêmio

estudantil e essa é a nossa luta. Muito obrigada por essa fala emocionante.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – A nobre Vereadora Luna falou sobre o movimento estudantil. Durante a ditadura foi o movimento estudantil que sustentou a luta durante muitos anos, e grandes lideranças se formaram na luta. O movimento estudantil é uma faísca. É tão importante o trabalho de vocês e o nosso também. Professores, estudantes na luta e sociedade paulistana na luta.

A SRA. LUNA ZARATTINI – Com a palavra, a Sra. Claudete Alves, ex-Vereadora da Câmara Municipal, para falar em nome do Sedin. Gostaria de incentivar as mães que estão presentes para que pudessem dar o seu depoimento. Se se sentirem confortáveis e quiserem falar, daremos a palavra. É muito importante escutar as mães dos estudantes e da comunidade escolar.

A SRA. CLAUDETE ALVES DA SILVA – Boa tarde a todos e a todas. Na pessoa da Vereadora Luna, cumprimento a todos da Mesa.

Início esta fala muito emocionada enquanto educadora, porque aqui pode estar um futuro presidente da República. Essa é a potência da periferia que alguns insistem em romantizar, dizendo e acreditando que a única opção é serem todos favelados. Vinicius, muito obrigada. Você representa o futuro. Estamos muito carentes de pessoas com mentes brilhantes como a sua.

A colaboração que trago é reflexiva, porque penso que este momento, o que está acontecendo com os 25 companheiros e companheiras afastados, é uma cortina de fumaça. Em nome do meu sindicato e da Coeduc, reitero a nossa solidariedade e digo que não é com vocês, é com a questão pública e é com a educação pública em especial. E está sendo muito rico o debate, mas farei uma linha de tempo muito curta, porque temos de localizar onde emergiu o problema. E esse problema pode estar quase chegando no ponto de não retorno, e precisaremos muito desses Vinicius e do empenho de todos para que não cheguemos a esse caos, que tem raiz fundante, Vereador Eliseu Gabriel.

Em 1995, quando Fernando Henrique Cardoso assumiu a presidência da República,

inaugurou um modelo de política pública chamado de organizações sociais. A eleição dele foi em 1994, ele assume em 1995 e a dona Ruth Cardoso, então primeira-dama, inaugura esse modelo. E esse modelo alastrou-se e com a conveniência de muitos políticos, porque quando eles qualificaram as organizações sociais, possibilitando que elas assumissem a gerência e o atendimento do serviço, o que eles fizeram? Eles passaram o público para o privado, porque, de filantropia, sabemos que não se trata. A grande maioria das organizações sociais nunca foi e nunca será filantrópica. As organizações sociais visam lucro, sim.

E, no mesmo ano, em 1995, lembro os senhores, as senhoras, as crianças, que já devem estar cansadas de um assunto tão árido, de que o Prefeito Paulo Maluf inaugurou o PAS. Então, muitos dos Srs. Vereadores, dos presentes muitos jovens, porque a implementação do PAS foi há 30 anos, não se lembram, mas fica como tarefa de casa: deem um *Google* e vejam o que foi o Plano PAS. Nós, que somos da antiga, sabemos muito bem, e o meu sindicato, em especial, há três anos, tem desenhado este momento. Através das reuniões dos PEIs, dos GEIFs, desenhamos. E por que iniciei dizendo que é uma cortina de fumaça?

Então, em 1995, tivemos o Plano PAS, que foi a privatização da saúde, com o mesmo argumento de que não se atende bem a população, os servidores não atendem bem, então a população vai ter um modelo privado. Vai ter um plano médico de saúde ofertado pela Prefeitura. E Paulo Maluf conseguiu reeleger o seu sucessor, Celso Pitta. E, quando pegamos um PL que está na pauta de votação nesta Casa, pasmem os senhores e as senhoras, de autoria daquela Vereadora que disse que é branca, rica e bonita, o PL nº 573, que continua em pé de pauta, e descreve exatamente isso: a privatização das nossas escolas municipais. Falta muito pouco para aprovarem, talvez em um jabuti. Para quem não sabe o que é jabuti, é o que ultimamente eles têm feito para aprovar coisas, para impedir a reação da comunidade e da população. Foi isso que aconteceu na Lei nº 18.221, quando eles enfiaram, goela abaixo, na calada da noite, um projeto que não tinha nada a ver, e que alterou profundamente a Lei nº 660 da carreira do magistério.

Mas por que fiz esse relato histórico e trouxe essas propostas legislativas? Falei de

1995. Fernando Henrique inaugura o modelo das organizações sociais e, em 1995, Maluf vem com o Plano PAS. E o mesmo grupo político que dominava, em 2005, o Prefeito José Serra, continuou nessa toada. O único projeto que José Serra mandou no primeiro ano de seu governo foi qual? Foi o PL 318, que visava qualificar, Vereador Eliseu Gabriel, o senhor era Vereador comigo na época e bem sabe, visava qualificar as organizações sociais, e, em um dos seus artigos, passava toda a educação pública do município para as organizações sociais, assim como a saúde, como o esporte, o serviço funerário, tudo, enfim. Eles, através desse Projeto de Lei 318, é legal pesquisar e revisitar, já faziam o que estão tentando fazer agora. Mas, ainda bem, na época, o nosso mandato era muito atento e impedimos, por meio de uma liminar que solicitei. No último momento de votação, trouxemos a liminar. O advogado do nosso gabinete chegou a ser agredido e, aí, interromperam a votação. E, depois, o Prefeito teve de convocar sessão no recesso, a fim de dar continuidade àquela votação. Imaginem, eles estavam desesperados. Os Vereadores me xingavam porque diziam que já estavam com viagem marcada e tinham de vir no começo de janeiro. Imaginem os acordos que tinham sido feitos. E precisavam concluir a votação. Mas, como ganhamos a liminar, conseguimos divulgar um pouco, no recesso. Não me lembro se foi no dia 5 ou 6 de janeiro, conseguiram votar, mas foram expostos pela imprensa. E quero parabenizar as famílias, as crianças, que conseguiram furar a bolha da imprensa, e hoje a situação só não está pior, só tivemos os recuos do Governo, por conta da luta dos sindicatos e da comunidade escolar, que furaram a bolha e foram para a imprensa.

E, agora, o que fizeram? Não é que recuaram. Não recuaram. A nossa preocupação resiste, mas ficaram atordoados com esses Vinícius, ficaram atordoados com esses atos regionais. Ficaram perdidos e disseram que não era intervenção, que era uma convocação, que os diretores poderiam indicar o segundo AD, terceiro AD, mas vou dizer para vocês que não. E fico muito tranquila, é claro que para a Mesa não preciso falar, porque temos Vereadores competentes, que sempre observam. Em janeiro de 2006, alteraram o projeto de lei que colocava tudo para as organizações sociais.

Agora, é importante vocês anotarem os dias 18 e 19 de março de 2024, porque houve

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 50

REUNIÃO: 21177 DATA: 05/06/2025 FL: 45 DE 84

uma votação a favor de um jabuti. Já expliquei o que é um jabuti, e os Vereadores sabem do que estou falando, porque foi um projeto polêmico, em que o Vereador Celso Giannazi, como é da área fiscal, deve ter participado arduamente nessa discussão. Em um projeto que discutia a reforma do sistema tributário, aprovaram um jabuti, introduzindo um artigo que versava sobre a reforma tributária. Passarei os números do projeto e da lei para vocês pesquisarem.

Enfim, vou ser bem rápida, mas acho que é importante registrar o passado, aquilo que tínhamos conseguido barrar com a liminar. Do contrário, desde janeiro de 2006, a educação municipal já teria ido para o saco, já teria ido para as mãos da iniciativa privada. Se não acreditam no que falo, vão ver o *Diário Oficial*. Mas esse jabuti, para concluir, Vereadora Luna, acho que é importante todos conhecerem. Acredito que muitos que estão presentes nem têm obrigação de saber o que foi aprovado ano passado, mas foi por isso que disse que estamos num ponto de quase não retorno.

O artigo 1º da Lei nº 14.132, de 24 de janeiro de 2006, dispõe: “O Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais, pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas às áreas de saúde”. Então, a Lei nº 14.132 já possibilitava, mas agora incluem a educação. E isso dá o direito, quando você vai ver a lei como um todo, de fazer o que estão fazendo, não com os senhores 25 diretores, mas com a educação. E, de novo, esta Casa deixa aprovar o jabuti no PL nº 89/2024, que introduzia alterações no sistema tributário. Refiro-me à Lei nº 18.095, de 19 de março.

Por que estou trazendo isso? E já vou concluir, Vereadora Zarattini. Desde 2016, nunca se entregou tanto a educação para terceiros, e falo isso com dor no coração. Olhem a data: 2016. Nunca se entregou tanto a educação para terceiros como fizeram. Nunca se conveniu tanto a educação infantil. E não vou falar que é CEI ou EMEI. Estou dizendo da educação infantil. E muitos dos colegas, dos senhores, estão por trás desse convênio. Acredito que isso mereceria uma CPI a fim de investigar os convênios da educação infantil na cidade de São Paulo. Só que não era com os diretores, não era com os professores do ensino fundamental, não era com os APEs. Era com a educação infantil. E, se não foi comigo, então não me mexi.

Em 2022, o Secretário, no lançamento de uma pedra fundamental, na zona Sul, na Cidade Ademar, num CEU, eu estranhei e fui ver a maquete: não havia mais a educação infantil. No CEU, que é um dos projetos mais avançados para garantir a cidadania. E fiquei que nem louca: estão tirando a educação infantil do CEU. Passou o ano de 2022, passaram os anos de 2023, 2024 e vieram as eleições. Agora inauguraram o CEU Rei Pelé, que não tem a educação infantil.

Então, este Prefeito que fala, que quer jogar a questão do Ideb no colo dos educadores, mexeu não só com os 25 diretores. O Prefeito tirou o direito de bebês e crianças pequenas de estarem no CEU, que é um dos modelos mais inclusivos, mais acolhedores que a educação poderia contar ultimamente. E não foi feito nada. Em 2024, no jabuti, artigo 32, acabam de colocar a cereja no bolo.

Vou concluir dizendo que esse PL nº 573 é inadmissível, e nem vou falar o nome da autora, porque sequer consigo falar o nome dessa senhora, porque, além de outras coisas, tem comportamento racista.

Vereadora Luana, estamos juntas. E espero que esta Câmara casse, pela segunda vez, mais uma racista. Estamos juntas.

Finalizando. Esse PL nº 573, temos divulgado, e chamo a atenção: para quem não leu o artigo 11, leia. Estamos dizendo, não é com o diretor. Tivemos, no dia 18 de março de 2024, o jabuti, e não estou falando para Vereadores, porque Vereadores sabem que foi aprovado isso. Isso que vocês estão dizendo que é ilegal, esta Câmara aprovou. Leiam o projeto. Está na lei de 2006, da gestão Serra, portanto, legalmente, eles podem fazer.

No início desta audiência, o Presidente, acho que é uma presidência conjunta, mas o colega Eliseu Gabriel, falou que hoje precisaríamos saber o que, de fato, temos de fazer. Se não fizermos essa lição de casa, o que está acontecendo com os 25, vai se espalhar para milhares de servidores. O fato de terem recuado, não significa que desistiram. Eles estão articulados com o Governo do Estado, que tem o mesmo *modus operandi*, e isso que está acontecendo é o PAS na educação. Sem diferença. Implementaram o PAS e acabaram com a saúde do município. Só voltamos a ter esperança quando o Partido dos Trabalhadores, com o

REUNIÃO: 21177 DATA: 05/06/2025 FL: 47 DE 84

Governo da Marta Suplicy, voltou a governar a cidade e teve coragem de acabar com o PAS. Infelizmente, desta vez, acho que será muito difícil revertermos caso haja a implementação geral do PAS na educação.

Então, todos os esforços para denunciar este Governo, para estabelecermos cada vez mais o estreitamento com a comunidade, se fazem necessários. Agora, a tarefa, colegas Vereadores, não é só revogar a Lei nº 18.221. Temos de revogar a Lei nº 14.132 e temos de revogar os artigos 32 e 33, o jabuti, da Lei de 18 de março de 2024, que inclui a educação nessa desgraça toda. E o PL 573 descreve o modo como isso vai ocorrer. Então, é grave, gravíssimo. Saímos de uma greve e, por conta da Justiça, não podemos entrar em outra imediatamente, mas algo tem de ser feito. Porque, legalmente, esta Casa aprovou e deu todas as condições de privatizar, da forma que se queira, a educação do município de São Paulo. (Palmas)

A SRA. LUNA ZARATTINI – Obrigada, Sra. Claudete Alves.

Anuncio que a Bancada do Partido dos Trabalhadores entrou com uma ADI, Ação Direta de Inconstitucionalidade, para revogar a Lei nº 18.221, o que é fundamental, porque é esta a lei que está permitindo essa intervenção nas escolas. Então, revoga já! (Palmas)

Anuncio a presença da nobre Vereadora Luana Alves. (Palmas)

Chamo o Felipe Ryan, da EMEF Ibrahim Nobre, para sua fala. Depois, a Sra. Margarida, da Aprofem, e o nobre Vereador Professor Toninho Vespoli. Peço a todos que respeitem o tempo das falas, porque iniciamos a nossa audiência às 13h, e é importante conseguirmos ouvir todos.

Tem a palavra, Felipe.

O SR. FELIPE RYAN DE SOUZA MONTALVAO – Bom dia, boa tarde, boa noite. Eu sou o Felipe Ryan, da EMEF Ibrahim Nobre, aluno do oitavo ano.

Primeiro, agradeço ao Diretor Leonardo pela ótima gestão. Estudo na Ibrahim Nobre desde o segundo ano e, de lá para cá, consigo perceber como a escola melhorou. (Palmas) Antigamente, a escola tinha cores mortas. Não tinha vontade de ir para lá, mas a cada ano o Leo foi melhorando aquele ambiente para o tornar mais agradável para os estudantes e para os

professores.

Também frequento vários projetos, como o Imprensa Jovem e a Academia Estudantil de Letras – AEL. Acho que essa privatização da escola vai ser péssima para todos os lados, tanto para os diretores como para os alunos. Acredito que isso vai impedir que os projetos aconteçam, pois os projetos nos fazem pensar de forma crítica, e eles não querem isso. O que eles querem é que caiamos na armadilha deles, que é não pensarmos e só aceitarmos tudo calados. (Palmas) E não podemos aceitar e nos calar. Devemos continuar essa luta, mesmo eles tentando nos parar. Devemos continuar. Não devemos nos calar. Fora Nunes! (Palmas)

NÃO IDENTIFICADA – Boa tarde, gente. Eu vou aproveitar os minutinhos dele que restam. Sou mãe de três alunos lá da EMEF Ibrahim Nobre. (Palmas)

Primeiro, gratidão ao Diretor Leonardo, que mudou a minha vida e a vida dos meus filhos; ao Milton, aos professores. É uma parceria; como falo para todo mundo, a melhor parceria da minha vida. Minha filha estudava na escola do Governo e fui chorar para o Leonardo: “Leo, minha filha não está rendendo”. Já havia falado com a professora: “Minha filha não rende”, e ela falou: “Eu tenho 30 alunos”. E falei: “Tá, e como a gente faz?”. “Manda para o Kumon, mãe”. “O que é o Kumon?”. “Procura no Google, tem bolsa”. Resumindo: se vira. Aí, fui chorar para o Leonardo. Hoje minha filha tem Olimpíada de Matemática (Palmas). Está se preparando para a Etec, tenho medalha de mãe de melhor aluna. Enfim, gratidão. Não vamos nos calar, não vamos deixar acontecer. (Palmas)

NÃO IDENTIFICADA – Boa tarde. Também tenho três filhos na escola. Tenho muito que agradecer ao Leonardo pelo seguinte fato: só quem vê a construção da escola pode diretamente dizer como é um professor ter pessoas do seu lado, que só constroem o melhor dentro da escola. Você sabe o que é mandar o seu filho para a escola hoje e ficar sabendo que o filho não tem um papel, e o diretor – que o Prefeito quer tirar – tira dinheiro do próprio bolso e vai ao mercado comprar o papel?

Penso assim: há tantas coisas que têm de ser feitas na cidade, com a comunidade, com quem quer que seja. E por que mexer na escola? Por que mexer com pessoas que a

construíram? No Ibrahim Nobre, meu filho está há 5 anos. A escola mudou de um jeito que posso dizer pelos meus filhos – e acredito que aqui tem muitas mães: eu sei a segurança de poder deixar o meu filho na escola e falar assim: “Meu filho está estudando, o meu filho está aprendendo”. Ele não quer sair da escola, porque lá tem projeto de tudo que é tipo: culinária, futebol, robótica, horta, e isso é graças a quê? A uma boa administração, a um bom desempenho.

O Ibrahim Nobre, vou falar para vocês, não é uma escola, é como se fosse uma segunda casa para os alunos. Ali há alunos que nunca falaram, que nunca tiveram como se expressar e o Leonardo foi quem deu voz às crianças. O Leonardo é como se fosse um segundo pai. Na escola, há pessoas que não têm mãe, há pessoas que não têm pai. E o Leonardo, com a Fernanda, com a Zenaide, com o Milton e outras pessoas, agregam as crianças ali como filhos. A Ibrahim é uma escola construída com muito amor, com carinho.

Entrem no *site* da escola e vocês vão ver o carinho das crianças com o Leo. Há crianças que choram todos os dias, e é a mesma pergunta: “Leo, você não vai embora, né?” Será que se ele fosse tão ruim as crianças iam fazer isso? É uma ótima escola. E falo para vocês: não deixem de lutar pelo direito de vocês, seja com greve, seja com o que for. Vocês têm direito. Garanto que se o filho do Prefeito estivesse passando por isso, ele também estaria aqui. Como não faz questão porque o filho dele está em uma boa escola, em um bom lugar, por que ele iria se preocupar com os filhos dos outros?

Obrigada. (Palmas)

– Aplausos e manifestação no recinto.

O SR. ANDRÉ BATISTA DA SILVA – Boa tarde a todos. Meu nome é André Batista da Silva e sou aluno da escola Ibrahim Nobre desde o meu primeiro ano. E como o Felipe mesmo disse, a escola mudou de um jeito que nem consigo dizer. Há um ambiente muito agradável para os professores e para os alunos. Graças ao Professor Eliseu, que faz parte do projeto Poética do Espaço, temos como colher verduras, saladas e tudo isso que vem da natureza para fazer o projeto. Aí, vem o Prefeito Ricardo Nunes, que nem está nesta reunião hoje, querer falar dessas pessoas maravilhosas que estão do nosso lado. (Palmas)

Então, se isso não é um bom diretor, não sei o que é.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. CELSO GIANNAZI – Obrigado, André, Felipe e mães, que deram um depoimento tão importante, que é o que fundamenta essa luta. Vocês que participam do grêmio estudantil, do Imprensa Jovem, que estão fazendo esse trabalho, parabéns para vocês. Parabéns para as mães pelos depoimentos.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Realmente, sensacionais as falas. Maravilhosas. Parabéns, mães. Que coisa maravilhosa que vocês falaram. É isso o que a população precisa ouvir. É preciso divulgar. Quem gravou precisa divulgar o que essas mães falaram. Precisa divulgar para verem a picaretagem, a sacanagem que estão fazendo na educação pública do município.

O SR. CELSO GIANNAZI – Só complementando que, de fato, foi aprovada nesta Câmara a Lei nº 18.221, mas as Bancadas do PT, do PSOL e do PSB votaram contra e fizeram todas as obstruções regimentais possíveis. Infelizmente, somos minoria nesta Casa e a lei foi aprovada, embora com voto contrário dessas Bancadas representadas hoje nesta reunião. (Palmas)

Tem a palavra, a Sra. Margarida, da Aprofem.

A SRA. MARGARIDA PRADO GENOFRE – Boa tarde! Mas que tarde tão boa, que tarde de aprendizagem, que tarde de emoção. Boa tarde a todas as pessoas que estão, até este momento, ouvindo, contribuindo, trazendo essas crianças maravilhosas que nos fazem acreditar que ainda há futuro para esta cidade, que ainda há futuro para a educação.

Sou uma velha educadora, uma educadora velha. E trouxe meu discurso, mas não vou fazer isso; porque já se tornou ultrapassado, obsoleto, desnecessário o que tinha preparado para dizer. O que ia dizer já foi dito com muita competência por todos os que me antecederam.

O discurso daquele menino, o Vinicius, e o de todos os outros me deixaram emocionada, me fazendo acreditar que ainda é possível termos uma educação de qualidade nesta cidade e – por que não? –, no Estado e no País. Dá para acreditar porque essas crianças

encontram nas suas escolas profissionais da educação dedicados, competentes, absolutamente devotados à sua tarefa, que acreditam no que fazem.

Sabe, sou antiga da educação. Sou de 1969, auge da ditadura. Dois anos antes, havia prestado o vestibular e entrei na Faculdade de Educação da USP, em um momento extremamente conturbado. Foi o ano em que a Faculdade de Educação teve que ser transferida para a Cidade Universitária por causa das brigas na Rua Maria Antônia. Sou desse tempo, passei por isso.

Estive no ensino municipal por 28 anos como ativa, me aposentei como supervisora. Continuo na luta acompanhando, e vejo com muita, muita tristeza, todos os ataques que a educação vem sofrendo, todos os ataques que a cidade vem sofrendo. Esta Casa tem sido achincalhada, tem sido aviltada pela postura de um Prefeito que faz o que quer, que aprova o que bem quer. Não com a convivência dos Vereadores que estão aqui hoje e de alguns que nem puderam estar, mas que também fazem essa Oposição, mas com a subserviência da maioria dos Vereadores da Casa.

Um exemplo mais recente disso foi justamente a aprovação da Lei nº 18.221. O Prefeito mandou à Casa um projeto com 10 artigos que não tinham nada, nada a ver com a educação. O projeto foi aprovado em primeira votação e, na sequência, praticamente no dia votação, mandou um substitutivo eivado de inconstitucionalidades, que não passou pela comissão de mérito, que é a Comissão de Educação.

A Comissão de Educação não teve o direito de analisar esse texto e se posicionar contra. Fizeram aquele Congresso de Comissões atabalhoadamente, só para passar, pois o Prefeito já tinha certeza de que tinha votos suficientes para aprovar aquela excrescência. Foi isso o que aconteceu.

Esta é uma Câmara que está de joelhos, subserviente ao Prefeito, com exceção, claro, daqueles que nos ouvem, daqueles que lutam por nós e que estão aqui hoje, além de alguns que não puderam estar, pois estão envolvidos em outras atividades.

Então, queria só dizer, em nome da Aprofem, que é o sindicato do qual sou Vice-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 57

REUNIÃO: 21177 DATA: 05/06/2025 FL: 52 DE 84

Presidente, que só podemos fazer uma coisa: nos somarmos à luta, oferecermos toda a estrutura de que dispomos na entidade para amplificar esse movimento, para apoiar, para qualificar... Não, não. Qualificar, não. Seria muita pretensão da nossa parte. Já tem gente boa demais nesse meio que não precisa nem da nossa experiência nem da nossa competência. Estamos aprendendo com vocês.

Hoje aprendi muito, muito mesmo. Estou muito orgulhosa de ter ajudado a construir essa rede municipal. Muito, muito orgulhosa, mas muito assustada com o que está vindo por aí, da forma como está vindo. E a única maneira que teremos para resistir passa, sim, pelos profissionais de educação, mas também pela comunidade escolar como um todo, passa pelas crianças, pelos jovens, pelo empenho de todos para defender isso que é um direito constitucional do brasileiro, que é a educação de qualidade, que é a gestão democrática, que é a possibilidade de se manter, num local de trabalho, aquela pessoa que está dando certo, aquela pessoa que está fazendo aquilo que nenhuma avaliação externa tem condição de avaliar, como bem colocou, se não me engano, a diretora Margaret. Nenhuma provinha mede a dedicação. Nenhuma provinha mede o amor. Nenhuma provinha mede a empatia, o acolhimento. Não há provinha para isso.

Portanto, estou muito preocupada, mas, ao mesmo tempo, muito feliz e esperançosa. E estou vendo um estandarte que me traz à lembrança Paulo Freire: o esperar. Não ficar esperando, mas acreditar que vamos conseguir, sim, barrar essa sanha privatista do nosso Prefeito.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Parabéns, Sra. Margarida, por tantos anos. Em 1969, já dava aula na escola pública. Em 1968, dei aula em escola privada.

A SRA. MARGARIDA PRADO GENOFRE – Quero registrar que, na USP, fui colega de classe da avó da Vereadora Luna: Alceste Rolim Zarattini. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Em 1969, tinha sido baixado o AI-5, mas resistimos. Resistimos e estamos aqui.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 58

REUNIÃO: 21177 DATA: 05/06/2025 FL: 53 DE 84

Vou ter de sair agora, pois tenho um compromisso que não consegui desmarcar. Mas, basicamente, quero dizer que fiquei encantado com a qualidade dos diretores e diretoras presentes nesta Mesa. Isso é impressionante. (Palmas) Já sabia, mas mesmo assim fiquei impressionado. Como é que pode? São verdadeiros educadores. Educadores mesmo, quadros da educação, vamos dizer assim. Claro, há todas as denúncias que temos de fazer, tem essa raiva, mas temos de tirar, nesta audiência pública, uma comissão de negociação. Quer dizer, no final, acho que os Vereadores vão ficar, vão propor. Se me convocarem, estarei nessa comissão. Terei de sair agora, mas estou muito feliz por ter vindo. Ficamos tristes, claro. Já vencemos batalhas maiores. Estou nisso desde antigamente, já vencemos batalhas maiores. Então, a luta continua. Contamos com a força dos professores, dos diretores, das mães, dos pais, dos alunos, da sociedade como um todo, que precisam estar conosco.

Então, muito obrigado. Vou ter de ir embora. Foi um prazer enorme. Estou em contato com o nobre Vereador Celso, a nobre Vereadora Luna e os nobres Vereadores presentes.

Parabéns, diretores e diretoras. Mais uma vez, estou encantado mesmo. Muito obrigado. (Palmas)

– Assume a presidência o Sr. Celso Giannazi.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, nobre Vereador Eliseu. O próximo a falar é o nobre Vereador Professor Toninho Vespoli. Na sequência, a Sra. Michele e a Sra. Patrícia, do Sinpeem, estão inscritas.

Só pediria para que nos atentássemos um pouco para o tempo, e que fôssemos um pouco concisos para que todos pudessem falar. Queremos que todo mundo fale, que todo mundo se manifeste hoje.

Por gentileza, só gostaria também de convidar, pois acabou de chegar, a Sra. Ildete, Diretora da EMEF Flávio Augusto Rosa, para compor conosco a Mesa.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Boa tarde a todos e a todas. Sempre cumprimento todos e todas na pessoa da presidência que está dirigindo os trabalhos. Mas, peço licença e cumprimento todos e todas na pessoa da Deputada Federal Luciene Cavalcante. Por

quê? Porque ela falou no Congresso, na cara do Sr. Prefeito, tudo aquilo que queríamos falar. E queríamos ter tido oportunidade de falar para o Sr. Secretário hoje, mas é um Secretário fujão, que não tem coragem de vir dialogar com os sindicatos, que parabeno pela ação que estão tendo com todos os servidores, com toda a comunidade escolar e com os Vereadores desta Casa.

Falaram que os Srs. Secretário e Prefeito não viriam a esta audiência porque já houve conversa com todos os setores. Quero saber dos estudantes e dos pais se conversaram com vocês, porque, até agora, nem com os Vereadores vieram conversar. Tenho certeza de que se tenho de estar aqui para os diretores... Também não vieram conversar com os diretores, porque aquilo ali não foi conversa e, sim, um assédio feito em cima dos diretores.

Os diretores não são RFs, são pessoas, são 25 nomes com história, com dedicação, e a fala deles transmite isso, a emoção deles transmite isso, pois muitas vezes não são só diretores. Às vezes, fazem o trabalho do quadro de apoio quando vão ao portão. Fazem o trabalho de psicólogo, de assistente social, para fazer a coisa acontecer com sua equipe. Se a Unidade está fazendo um bom trabalho, é porque toda equipe é boa, e passa pela qualificação da nossa rede.

Já estive em outras redes e posso afirmar que a qualificação dos servidores municipais da nossa rede é algo extraordinário e que a SME não sabe potencializar isso. E dos alunos que falaram, dá para perceber o que essas equipes de gestores, esses professores estão fazendo, algo fantástico como vimos. Mas, é isso que eles não querem, nem o Sr. Padula, nem o Sr. Prefeito, estudantes deste nível que têm condição de ir para um debate e fazer o debate de qualidade com qualquer um, mesmo com a pouca idade que têm. E o Governo não quer esse aluno crítico, nem nada disso.

E a farsa do Ideb já foi desmascarada, não pelos diretores, nem pelos Vereadores, nem pelos sindicatos, mas, para mim, foi pela REPU, que são pesquisadores que fizeram um excelente trabalho e desmascararam a falácia do Ideb que o Sr. Prefeito e o Sr. Padula tanto tentam queimar.

Já vimos que não é nada disso. O que eles querem é terceirizar e privatizar a educação. Eles iam fazer com essas 25, só que não conseguiram por conta da força da unidade, da unidade da comunidade escolar, do Sindicato, dos partidos progressistas e também dos Vereadores.

O que estou querendo dizer com isso? Que estamos vivendo um momento cavalgar. Acho que nunca, nos meus 60 anos, vi um negócio como o que está acontecendo agora. Tenho certeza de que nem vocês.

Não adianta menosprezarmos a força do outro lado. Para ganharmos, temos de fazer um bom diagnóstico e ver quais as atitudes que vamos tomar, pois o outro lado está forte e é forte. Se não tivermos uma unidade, mas uma unidade que não seja só da boca para fora, uma unidade para valer, não venceremos o que está por vir, porque no ano que vem, se a extrema Direita ganhar as eleições, vamos ter gerações e gerações perdidas, porque vão ser 15, 20 anos de extrema Direita governando este país.

E, temos isso, pois não é à toa que esse Sr. Prefeito de Centro-Direita vai para a extrema Direita, e que ele está totalmente alinhado com o Sr. Tarcísio, porque os ataques à educação na rede estadual vêm acontecendo há muito tempo. Podemos ver que tanto o Sr. Tarcísio como o Sr. Nunes estão sintonizados com a mesma política de destruir tudo e privatizar tudo.

Por isso, companheirada, a unidade tem de ser para valer, tem de ser mesmo unidade para derrotarmos esse pessoal. Temos de ter coragem e temos de demonstrar que inimigo de classe é inimigo de classe, interventor tem de ser tratado como interventor. Não são companheiros da educação. Aqueles que estão do outro lado, ou quem está no Governo e se submete a esse tipo de política, está ajudando a privatização da educação e são inimigos da nossa classe e têm de ser tratados como inimigos. Não adianta virem falar manso conosco em reunião de DRE, nem em reunião de SME, pois a política que estão implementando é para acabar com a educação pública.

Então, todos que assim o fizerem serão inimigos da educação pública, e temos de ter coragem, como o Diretor Leonardo teve. Vi, nessa semana, que ele postou que não há sequer papel higiênico, que ele tem de ficar buscando papel higiênico em todo lugar. Quer dizer, temos de parar de ter medo e temos de ir para as redes sociais e mostrar o descabro que este Governo está fazendo com a educação pública. Só assim vamos ganhar o povo. Se o povo não souber o que está acontecendo nas unidades escolares ficaremos tentando tapar o sol com a peneira, e, no fim, o Sr. Prefeito ainda passará por bonzinho, e o ajudaremos a passar esse processo de privatização.

Por isso, pessoal, coragem e unidade e vamos vencer, porque será o povo, quando souber o que está acontecendo, que defenderá a educação pública, assim como está defendendo os 25 diretores.

Um abraço e à vitória.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, nobre Vereador Professor Toninho Vespoli.

A próxima inscrita é a Sra. Michele Rosa Oliveira, representando o Sinpeem. E, na sequência, vamos também ouvir quem está nos acompanhando, desde o começo, de forma *on-line*. Portanto, ouviremos o Professor Dr. Guilherme Durval Toledo Prado, representando a Faculdade de Educação da Unicamp.

A SRA. MICHELE ROSA OLIVEIRA – Muito boa tarde a todas as pessoas.

Na pessoa da Vereadora Luna, cumprimento a Mesa.

Sinto-me muito representada pelas falas que me antecederam. Acho importante. Cada um trouxe um aspecto diferente, o aspecto da academia, o aspecto da legislação, o aspecto do dia a dia da escola. Então, vou pular estas partes e vou discutir que o Governo Nunes elegeu os servidores públicos, especialmente os da educação, como inimigos.

Se fizermos uma retrospectiva rápida do que tem acontecido neste Governo, vamos perceber que a primeira ação foi a reforma previdenciária, que elevou a idade mínima para as mulheres em sete anos. Justamente nós, mulheres, que temos jornadas duplas e triplas, fomos

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 62

REUNIÃO: 21177 DATA: 05/06/2025 FL: 57 DE 84

as mais afetadas. Depois, mudou o período aquisitivo para férias. E não parou por aí. Também diminuiu o número de faltas abonadas, que são utilizadas para N situações em que precisamos, inclusive, acompanhar a reunião de filhos na escola, por exemplo. Pedimos para os pais participarem, e as mulheres da educação também gostariam de acompanhar seus filhos.

E nesse cenário, o Governo Nunes inaugura essa agenda de mandar jabuti para a Câmara, de aprovar legislações no final do ano, e ele tem percebido que dá certo porque tem maioria.

Então, o primeiro recado que queria dar para quem está presente, para quem nos acompanha pela Câmara, é que precisamos eleger pessoas do campo dos trabalhadores. É a primeira tarefa que precisamos fazer, e o ano que vem é ano eleitoral. Então, a primeira coisa que precisamos fazer no Brasil afora é eleger trabalhador para defender trabalhador, porque o que temos passado nesta Casa é muito triste, porque, dentre outras coisas, somos desrespeitados reiteradamente, o que é inaceitável.

Então, começando por aí, quero dizer que os primeiros interessados em melhorar as aprendizagens, porque isso é um direito das crianças, os primeiros somos nós, professores, professoras, gestores, quadro de apoio. Somos nós os primeiros interessados em garantir o direito de aprendizagem dos bebês, das crianças, dos jovens e dos adultos. E somos nós, também, os contrários ao ranqueamento das escolas, às provas e testes de larga escala porque servem para isso, para a política de premiação, de bonificação, chantagem, punição, retirada de gestor de escola e por aí vai. E desde o início, sim, bem se tem dito que isso é uma estratégia para a terceirização.

Sou professora de educação infantil. Sou do primeiro concurso de CEI. Estou trazendo isso, porque estou fazendo coro com a professora Claudete. Hoje, já temos aproximadamente 3.000 escolas na chamada rede parceira. Isso é muitíssimo grave e representa a terceirização da educação também. Mas, também representando a terceirização da educação, o último concurso de quadro de apoio, de agente escolar, que desempenhava o trabalho de limpeza e alimentação nas escolas, foi em 2002. Hoje, 100% desse serviço está

terceirizado. E aí falta tudo. Falta o insumo, mas falta também direito para trabalhadoras e trabalhadores desses setores. Essas empresas contratadas pelo Governo Nunes não cumprem os contratos. Os diretores, corajosamente, vão lá e registram: “Não a contento” e as empresas perdem o contrato. Mas para zero por cento de pessoas surpresas, depois de um, dois anos, as mesmas empresas retornam para a Prefeitura de São Paulo para prestarem o mesmo serviço decadente.

Se olharmos para as nossas escolas hoje, a quantidade de professores contratados é imensa. Em algumas regiões isso ainda é mais grave. Por que estou trazendo isso? A contratação de professores é importante para um aspecto muito específico: para cobrir licenças médicas, para cobrir faltas, mas não para cobrir vaga. Para cobrir vaga é concurso.

Então, vou dividir meu tempo com a Patrícia. Quero encerrar dizendo que nós, profissionais de educação, sabemos como melhorar as aprendizagens das crianças. Tenho uma lista muito básica e que está entregue na mão do Governo, porque temos entregado todos os anos essa lista para o Governo.

Fizemos greve este ano, e foi justamente durante a greve que o Prefeito publicou a Instrução Normativa nº 25.

Não estamos nos importando com o Ideb, que precisa servir para uma única coisa: para estabelecer política pública que o Governo deve desenvolver e garantir para que tenhamos recursos humanos, materiais e tudo mais que precisamos para fazer educação. A receita para garantir as aprendizagens é simples: garantia, meios para educação inclusiva; uma rede de proteção efetiva; climatização nas escolas. Estamos vivendo uma crise climática, tem criança passando mal. Entrei, durante a greve, em uma escola da zona Norte e vi duas alunas saindo para a UBS porque estavam passando mal. Não estavam aguentando o calor na sala de aula. Precisamos de ampliação dos módulos profissionais. Com sala superlotada fica muito difícil falar em garantir a aprendizagem de todos e todas, e não abrimos mão de nenhum aluno. Queremos educar todos e todas; precisamos que o Governo nos garanta recursos materiais e humanos, que garanta a segurança. E, aqui, abrimos um parêntese muito importante: não queremos, não

pedimos e não defendemos GCM dentro de escola, sobretudo GCM armado dentro de escola. A escola é lugar de profissionais e estudantes. Queremos segurança pública nas vias públicas.

Queremos também que o Governo, para além da educação, garanta à população saúde, emprego, moradia, porque as diretoras e diretores colocaram as vulnerabilidades que as nossas crianças sofrem, e é muito difícil alguém estudar sabendo que sua mãe está apanhando em casa.

Então, se o Governo, de fato, está comprometido com uma educação de qualidade, precisa começar garantindo essas premissas e depois buscar conhecer as especificidades de cada escola, porque a escola do Cláudio é diferente da do Carlos, que é diferente da do Leo, que é diferente da escola da Rute, que é diferente da escola da Liliana. E para cada escola, uma especificidade, uma estratégia. De outro modo, é mais do mesmo, é falácia e é parte desse projeto de terceirização.

Depois, quero dizer muito rapidamente que enquanto estávamos em greve, depois da aprovação da Lei nº 18.221, e não vou me repetir sobre esse tema, também entramos com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, e esperamos que o Poder Judiciário compreenda que é, sim, inconstitucional, porque é isso que ela é, e a derrube. Quero dizer que a Instrução Normativa traz alguns perigos muito graves e queria que vocês prestassem muita atenção nela. Fala sobre material didático para escola prioritária. Para o Sinpeem, escola prioritária são todas.

Nenhuma escola pode receber menos que aquilo a que tem direito, direitos constitucionais e de todo o arcabouço legal que temos na legislação municipal. Depois, fala sobre o processo de avaliação com acompanhamento quinzenal. Acompanhamento quinzenal? Mais uma que o Sr. Padula precisa explicar.

Sobre educação integral em tempo ampliado. Se vocês recorrerem a uma outra Instrução Normativa publicada nesse mesmo período, lá está dizendo sobre a contratação de professores e a designação de gestores nas novas escolas que serão entregues, sobretudo os CEUs de EMEFs, que a Claudete já falou, a desconfiguração da concepção de CEU. Agora são CEUs de EMEFs.

Precisamos prestar bastante atenção, porque além de uma prova, já que prestamos concurso, agora vai haver uma prova para poder dar aula nessas escolas e, para além disso, uma entrevista, sendo a entrevista algo eliminatório.

Para concluir, só quero dizer o seguinte: a Instrução Normativa 25 traz mais um foco de premiação, bonificação, realização de campanha de engajamento, aperfeiçoamento das rotinas na educação infantil. E é aí que quero finalizar. A educação infantil desta cidade foi construída numa concepção de escola de educação infantil, numa concepção de professor de educação infantil, numa concepção de infâncias. Mais que isso, romper com as cisões quando se passa do CEI para EMEI, da EMEI para a EMEF, do Fund 1 para o 2, do 2 para o Ensino Médio. E o que está colocado aqui, de forma tão sutil, é a volta da concepção da educação pré-escolar. Como professora de educação infantil, afirmo e reafirmo: não há pré-escola na educação infantil. Há escola na educação infantil, o tempo de aprender na educação infantil, com suas especificidades dentro das idades.

Então, pessoal, realmente não é um ataque contra os 25. É um ataque contra a escola pública, laica, de qualidade social para todos e todas, na cidade de São Paulo. Então, estamos e continuamos juntos. Nossa luta não começou agora e não finda agora.

Então, amanhã às 10h, vamos lá à Secretaria Municipal de Educação dizer mais uma vez: Sr. Ricardo Nunes e Sr. Fernando Padula, tirem as mãos da nossa escola.

– Assume a presidência a Sra. Luna Zarattini

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Obrigada, Sra. Michele, representando o Sinpeem.

Gostaria de chamar o Sr. João Gabriel, pelo Sindsep, para fazer uso da palavra. Antes, anuncio a visita do Sr. Denis Ramos Morales, representante do Senac Unidade Francisco Matarazzo. Obrigada pela presença.

Peço para que a Mara, mãe da aluna Deise, de EMEF, mostre a todos o cartaz. São as mães que estão se colocando nesta luta, neste processo.

Passo, agora, para o Sr. João Gabriel, do Sindsep.

O SR. JOÃO GABRIEL GUIMARÃES BUONAVITA – Boa tarde a todos e a todas.

Cumprimento a Mesa pela escolha que fez na condução desta audiência pública.

Se alguém ainda tem alguma dúvida a respeito do motivo de o Sr. Padula e o Sr. Ricardo Nunes não estarem nesta audiência, eu posso explicar. Eles não têm a altivez, a capacidade analítica, o compromisso e a dignidade dos diretores que estão presentes.

Também hoje tivemos a oportunidade de ver que a nossa escola é um instrumento de construção do pensamento crítico, da autonomia. E aprendemos muito hoje, porque tivemos a oportunidade, nesta audiência pública, de ouvir pessoas como o Vinicius, que demonstrou o poder que a escola pública tem quando investe na sua comunidade escolar.

Quero dizer também que esse processo estigmatiza os trabalhadores da educação pública, a comunidade escolar e os próprios alunos. O impacto do que está sendo feito aqui não é imediato. É um impacto de longo prazo na vida dessas crianças e dos profissionais que atuam na rede municipal de ensino, não apenas nas 25 escolas citadas.

Fica evidente que está em curso uma transferência de responsabilidade: um esvaziamento da presença do Estado nos territórios. Estão transferindo a responsabilidade da ausência do Estado para os dirigentes das unidades escolares. Onde está o Secretário Municipal da Saúde para garantir atendimento à saúde pública nas comunidades escolares? Sabemos que ele está na Câmara hoje e fará um discurso. Ele deveria estar nesta audiência explicando por que não há atendimento adequado para essas comunidades, como, por exemplo, a falta de neuropediatras.

Onde está o Secretário Municipal da Habitação? Quando cheguei, o Secretário Sidney Cruz, que também é Vereador desta Casa, estava desfilando com vários aspones na entrada da Câmara. Mas onde está ele para explicar por que os projetos habitacionais não avançam nesses territórios? Pelo contrário. Estamos vendo o que está acontecendo no Jardim Pantanal e em outras comunidades. Não é à toa que muitos diretores dessas regiões estão na mira do Governo Ricardo Nunes.

O ataque à escola pública é porque ela é um instrumento de emancipação, de

construção do pensamento crítico. E isto ficou ainda mais evidente: a escola pública dá liga à construção da comunidade, não só da comunidade escolar. Nós, dirigentes sindicais e mandatos parlamentares que estamos acompanhando essa luta, vimos o potencial da mobilização da comunidade escolar, que reagiu, se uniu e mostrou que o caminho para defender o serviço público e a educação pública é a mobilização. É construir vínculos entre escola e comunidade, e fortalecer esses laços.

A lição que tiramos desse processo é que não haverá salvação para o serviço público se não construirmos a mais ampla unidade em defesa não apenas da educação pública, mas também da saúde, que já foi terceirizada, e de todas as demais áreas do serviço público.

Termino exaltando o papel das comunidades escolares, cumprimentando todos os nossos companheiros e companheiras dirigentes sindicais de todas as entidades. Estamos aprendendo com esse processo, e precisamos tirar deste momento o aprendizado necessário para retomarmos e reconstruirmos a unidade do funcionalismo público em defesa do serviço público.

Muito obrigado. (Palmas)

– Assume a presidência o Sr. Celso Giannazi.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Muito obrigado, João Gabriel.

Tem a palavra a nobre Vereadora Luana Alves.

A SRA. LUANA ALVES – Boa tarde a todas e a todos, educadoras, educadores, comunidade escolar, todas as pessoas que estão nesta batalha gigantesca que, posso dizer, é uma das mais bonitas que presenciei nos últimos tempos em defesa da escola pública e democrática.

Estou dividindo a Mesa com diretoras e diretores extremamente dedicados às suas comunidades. Gostaria apenas de reforçar alguns pontos. Em primeiro lugar, o único elemento em comum entre todos esses diretores – o único dado que, de fato, coincide –, é que são profissionais com vínculo com o território e que valorizam uma gestão democrática nas escolas. É isso que conseguimos apurar. Não há qualquer outro critério que justifique a lista elaborada

pelo Sr. Prefeito Ricardo Nunes.

Portanto, trata-se, evidentemente, de perseguição política. Essa perseguição tem como objetivo facilitar a privatização da educação e entregar as escolas a aliados políticos. O caso do Liceu Coração de Jesus é um exemplo emblemático e revela um grau de cinismo alarmante. Vejam, por exemplo, o número de estudantes: o Liceu Coração de Jesus possui 274 alunos. Se não estou equivocada, pergunto: há alguma escola dos senhores com menos de 300 alunos? Alguém poderia me responder? Não existe. Esse é apenas um dos aspectos.

Há, ainda, denúncias de seleção de alunos, que não está sendo feita por georreferenciamento. Estão negando acesso a crianças de famílias pobres, muitas delas imigrantes. A situação é caótica, e todos sabemos disso.

O atual Sr. Prefeito é investigado por envolvimento na chamada máfia das creches. Muitas vezes, nos esquecemos deste fato: ele é citado, em uma investigação da Polícia Federal, por corrupção relacionada à terceirização do ensino. E, mesmo assim, sendo investigado por corrupção em escolas privatizadas, tem a ousadia de propor um projeto de privatização da educação e insiste em avançar nesse modelo. Sinceramente, isso é de um cinismo e de uma covardia gigantescos.

Gostaria de dizer também que amanhã estaremos todos com as diretoras e diretores na Secretaria Municipal de Educação. Estarei presente e convido todos os presentes a comparecerem, caso possam. Sabemos que o horário é difícil para muitas famílias, mas aqueles que puderem – professores, pais e mães –, por favor, estejam lá. Amanhã, às 10h, na SME.

Não podemos permitir que esse processo enfraqueça. Sabemos que eles estão atentos e continuam tentando manter essa tal formação. O recuo foi parcial. Precisamos manter a nossa luta, seguir com a mobilização nas escolas, nos territórios e também nos atos centralizados, como o que ocorrerá amanhã, às 10h, para impedir esse completo absurdo.

Minha solidariedade a todas e a todos. Estou vendo o Cláudio, o Carlos, o Leo e a Rosi. O que vocês estão fazendo é muito bonito. O que as escolas estão construindo é muito bonito. Nos vemos amanhã na SME. Vamos derrotar esse absurdo e impedir a privatização da

educação pública de São Paulo.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, nobre Vereadora Luana. Anuncio a presença da nobre Vereadora Keit Lima, do PSOL e a convido para compor a Mesa conosco.

Passo a palavra à Deputada Federal Professora Luciene Cavalcante, supervisora da rede municipal, profunda conhecedora da educação pública e membro titular da Comissão Especial da Revisão do Plano Nacional de Educação.

Em seguida, convido a Sra. Maria de Fátima, do Setorial de Educação do PT, a se preparar para sua fala.

A SRA. LUCIENE CAVALCANTE – Boa tarde, companheiros e companheiras. Nas pessoas do Vereador Celso Giannazi, da Vereadora Luna e da Vereadora Luana, cumprimento esta Mesa e todos os meus colegas da rede. Agradeço especialmente aos 25 diretores e diretoras pelas almas indomáveis que apresentaram ao longo dessa trajetória.

Tenho acompanhado esse processo de perto. Hoje, completamos o 15º dia do que considero o maior ataque, desde a promulgação da Constituição de 1988, aos direitos mais básicos que sustentam a ideia de um estado democrático de direito.

Desde o dia 22 de maio, tudo o que tem sido feito é extremamente violento, covarde e ilegal. Nada disso se sustenta sob qualquer ótica, exceto sob a lógica da extrema Direita no poder. Manifesto minha solidariedade aos 25 diretores e diretoras. Vocês não estão sozinhos. É importante destacar que, dentre esses 25, 17 são mulheres.

Estamos juntos. Tenho perdido o sono pensando em caminhos e estratégias para derrotar esse ataque, porque representa, de fato, um desmonte profundo e estrutural do que significa a escola pública.

Muito já foi dito aqui. Já denunciemos essas práticas e apresentamos dados e estudos tanto ao Ministério Público como à Justiça, demonstrando que não há critérios, fundamentos ou transparência na indicação dessas 25 escolas. Isso é muito sério, pois não se trata, e nunca se tratou, de formação, mas de afastamento forçado, sem direito de defesa ou

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 70

REUNIÃO: 21177 DATA: 05/06/2025 FL: 65 DE 84

processo administrativo instaurado. Esses diretores são avaliados anualmente pela supervisão escolar e pela diretoria de ensino, mas nada disso tem sido considerado.

O que está acontecendo é, sim, ao arrepio da lei. É gravíssimo o que o Secretário Municipal da Educação Fernando Padula e o Prefeito Ricardo Nunes estão fazendo contra essa rede, que é histórica e combativa. É extremamente grave, pois, além de não ter base legal, fere o nosso Estatuto do Magistério e a própria Lei nº 8.989/1979. É um ataque à moralidade das pessoas, e a escola é feita de gente. O Secretário ainda foi à mídia e à Câmara Federal, surpreendendo-se ao me encontrar ali.

Faço parte da Comissão da PEC 66, que representa mais um golpe contra a educação, os serviços públicos e o estado democrático de direito. Trata-se de uma PEC gravíssima, e conclamo todos os sindicatos a se aproximarem dessa luta, pois, além de retirar o prazo para pagamento de precatórios, ela implementa uma nova reforma da previdência, tornando obrigatório o confisco, aumentando a idade mínima e criando a DRU municipal. Pela proposta, até 2035, os municípios não seriam obrigados a cumprir os pisos da educação e da saúde. Essa é a PEC que esta Gestão municipal defende.

Faço parte dessa Comissão, onde debatemos a reforma da Previdência, o financiamento da educação e também essa indignidade que acontece na cidade de São Paulo. É muito sério. Por isso, quero me solidarizar e dizer que vocês não estão sozinhos. Vamos até o fim. Eles não têm noção, não conhecem a rede, a nossa força, a nossa história de luta e nosso compromisso com a escola pública. Não sabem o que estão fazendo, mas o que querem está claro para todos: a privatização e entrega das escolas, transformando-as em balcões de negócios e implementando uma máfia dentro do ensino fundamental. Esse é o projeto e o compromisso político deles.

Lamento profundamente a postura do Secretário Padula, que tem coragem de defender esse absurdo, que anuncia na mídia como sendo o melhor. Essa é a única proposta que ele tem para a educação. Ele deveria entregar o cargo, pois não tem condições de continuar. Não comparece às audiências públicas, não dialoga com a base nem com os sindicatos.

Todo mundo está sabendo que eles estão se movimentando e que, muito provavelmente, amanhã será divulgado um novo cronograma desse curso. Também estamos nos mobilizando. Eles, de lá; nós, daqui. É fundamental que aconteça o que eles tanto estão evitando: toda a rede deve estar unida nesse primeiro suposto dia de formação, pois eles não querem que estejamos juntos.

O movimento da Gestão municipal foi assim semana passada. Quando o Sr. Padula ficou apenas dois minutos para ler um trecho, ainda tentando falar de Paulo Freire. Por favor, respeitem a nossa trajetória. Depois, foi embora, e hoje também não apareceu. Essa postura lamentável apenas confirma que estamos diante de um governo de extrema Direita, violento, autoritário e que se nega a um debate franco, com dados, porque não possui dados nem legalidade.

Quero, então, fazer um chamado a todas as escolas da rede direta: isso não é uma questão apenas dos 25 diretores, mas da defesa de uma concepção de educação. Precisamos realizar um grande ato ou vários atos, pois não estamos em uma situação normal na rede municipal de educação. Vivemos um período de exceção, pois o que aconteceu no dia 22 foi um ato criminoso, abuso de poder hierárquico do diretor regional, assédio moral e crime. Não se pode dar ordem a um subordinado sem base legal, e foi exatamente isso que fizeram.

Portanto, é preciso que todos percebam a gravidade dessa situação, desse deserto que estamos atravessando, da capacidade de mentir que eles possuem e do poder de setores poderosos da sociedade que eles representam. Nossa força está aqui, demonstrada hoje e na resistência das escolas organizadas e dos conselhos escolares atuantes.

Já contamos com várias manifestações e cartas abertas mostrando a gravidade do tema. Amanhã será um dia importante, com um ato fundamental, mas precisamos envolver toda a rede na discussão, pois o projeto em curso é o da terceirização e venda não só das escolas, mas do futuro dos nossos estudantes. Eles não entendem isso e não entenderão, porque o compromisso deles é com o lucro, enquanto o nosso é com o nosso povo. Isso eles não conseguem compreender.

Para concluir, quero lembrar um trecho da letra da música *Primavera nos dentes*, do grupo Secos & Molhados: “Quem tem consciência para ter coragem. Quem tem a força de saber que existe. E no centro da própria engrenagem, inventa a contramola que resiste. Quem não vacila mesmo derrotado. Quem já perdido nunca desespera. E, envolto em tempestade, decepado. Entre os dentes segura a primavera”.

A primavera vai ser nossa. Fora, Nunes! Fora, Padula! Fora, interventores! E todo apoio e solidariedade aos diretores que estão sendo utilizados, de forma covarde, para implementar esse projeto sujo e vil de venda das escolas.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Agradecemos à Deputada Federal Luciene Cavalcante pelo enfrentamento que tem realizado no Congresso Nacional, especialmente contra o Sr. Prefeito Ricardo Nunes durante a audiência pública na Câmara dos Deputados. Nosso reconhecimento também pela autoria do projeto de lei que descongela os quinquênios e sextas-partes do funcionalismo público – direitos que nos foram retirados ao longo de 583 dias de trabalho –, projeto que está prestes a ser levado ao plenário para votação.

- Assume a presidência a Sra. Luna Zarattini.

A SRA. PRESIDENTE (LUNA ZARATTINI) – Obrigada, Deputada Luciene Cavalcante.

Passo a palavra à Sra. Maria de Fátima, do Setorial de Educação do Partido dos Trabalhadores. Em seguida, terá a palavra o Deputado Estadual Carlos Giannazi, da Comissão de Educação da ALESP, de forma virtual.

A SRA. MARIA DE FÁTIMA – Boa tarde a todas e a todos.

Cumprimento, primeiro, os estudantes, que já se retiraram por uma razão óbvia: o horário. Mas cumprimento os estudantes e as mães que estiveram aqui nesta tarde e que nos trouxeram uma aula de cidadania, uma aula de participação política, uma aula de democracia. Então, temos um exemplo perfeito do que é essa luta e de como ela deve prosseguir.

Quero cumprimentar os colegas, e digo colegas porque sou uma diretora de escola

aposentada da rede municipal da educação de São Paulo. Durante 35 anos, atuei na rede. Estou nesta audiência em nome de um coletivo setorial municipal de educação do Partido dos Trabalhadores, para trazer o nosso apoio e dizer que estamos juntos, absolutamente juntos nessa luta. É um coletivo de educadores que há mais de 30 anos participa das principais lutas pela educação pública nesta cidade, ajudando a elaborar, ajudando a construir a luta. E não poderia deixar de vir aqui dizer para vocês que podem contar conosco integralmente.

Mas quero dizer mais algumas coisas. Muito já foi dito e penso que não precisamos repetir tudo: questões políticas, questões econômicas, a falácia do Ideb, as condições estruturais dessas escolas, a vulnerabilidade dessas comunidades, o ataque frontal, desumano e desonesto do Prefeito e do seu Secretário aos Diretores de escola. Mas quero apontar para algumas coisas.

Primeiro, estamos vivendo uma tríade, um tripé, uma tríade perfeita, construída por este governo neoliberal. A primeira é o ataque frontal à educação pública. E esse ataque começa primeiro com a precarização: precarizo o serviço, precarizo as condições de trabalho e adoeço o servidor público a partir dessa precarização. E é o que estamos vivenciando nas nossas escolas. Quantos profissionais adoecidos por conta da precarização do trabalho?

Depois que precarizo, a outra linha do tripé é desqualificar, e é o que estão fazendo agora. O Secretário de Educação deveria defender esta rede municipal de educação, que está aqui representada por esses Diretores e por muitos profissionais que conhecem a história da construção democrática, porque essa rede sempre lutou, sabe de todos e de tudo que já enfrentamos.

Então, Secretário, você deveria estar defendendo a sua rede, defendendo a rede pública municipal, porque é uma rede potente, é uma rede que foi e sempre será exemplo para muitas redes de ensino deste país e da América Latina, principalmente. Então, temos hoje de conviver com o ataque, o que deveria ter sido justamente o contrário. Se tenho dificuldades com essas escolas, tenho de abraçá-las, tenho de acolhê-las, tenho de apoiá-las.

Ideb. A sua criação original foi justamente para dizer para o gestor público o que ele precisa fazer para melhorar a sua rede. O Ideb depois foi distorcido profundamente,

equivocadamente. Podemos discutir a respeito. Estou vendo o Professor Ocimar Alavarse, que muito nos ajudou e que pode nos ajudar quando estivermos na Secretaria, a pensar sobre esses indicadores de avaliação. Então, acho que, no mínimo, devemos discutir os indicadores de avaliação que temos hoje – não só na nossa cidade, mas no país. Vamos colocar o Ideb em pauta e começar a desconstruir o que tem dentro do Ideb; dizer para todos que esse índice não representa absolutamente nada dentro das condições todas que precisam ser vistas em uma escola. Ele não representa absolutamente nada. Mas estou dizendo da importância de conversar a respeito do Ideb, e acho que o Cláudio disse isso, quando coloco esse índice na pauta. Então, temos muitas condições de fazer uma desconstrução da forma como ele tem sido ou como ele vem sendo aplicado e utilizado – para punir, para desclassificar. Então, para com isso! Não é disso que precisamos tratar.

Então, acho que a importância desta audiência pública é nos trazer esse desafio de discutirmos verdadeiramente e enfrentarmos essa discussão com a Secretaria de Educação. O que queremos para a educação pública de São Paulo? O que precisamos para essas escolas que enfrentam condições outras?

É uma maneira de calar a rede: atacar 25 Diretores de escola é uma mensagem que está sendo dada. Então, é outro ponto que nos preocupa muito. A rede municipal de educação da cidade de São Paulo deveria estar toda mobilizada neste momento. Quando vejo os meninos do Grêmio Rui Bloem nesta audiência e alguém me pergunta: “Mas o Rui Bloem é uma escola que está dentro das 25?” Eu digo que não. E tenho o prazer de dizer que é da minha região Pirituba/Jaraguá e vi várias pessoas aqui dessa região. E o que o menino Vinicius disse? “Sou do grêmio e estamos articulando os grêmios da região.” É o canto que temos de dizer: “Quem não pode com a formiga, que não atice o formigueiro.” Esse tiro precisa e deve sair pela culatra. E precisamos dialogar com os demais educadores dessa rede. Hoje, podem ser os 25 diretores; amanhã, serão 50, 150, toda a rede, os professores, o quadro de apoio, a supervisão escolar. Todo mundo pode ser afetado.

Então, que todos possamos somar com essa luta neste momento, imaginando o que

pode acontecer. Tentativa de calar, punindo os 25 diretores, desconsiderando o protagonismo que essa rede tem. Foi visto aqui o protagonismo dessa rede. Desconsideraram um currículo que foi construído a muitas mãos nesta cidade, desconstruindo e desconsiderando uma história da rede.

Então, Secretário de Educação, acho que posso te dizer: “Venha dialogar, venha conversar. Estamos muito dispostos a fazer esse diálogo.” Então, é preciso darmos outro rumo a esta conversa. Mas para terminar, quero dizer: “Quem não pode com a formiga, que não atice o formigueiro” Temos, hoje, de parabenizar o movimento da comunidade escolar. Esse, sim, precisa dar um recado para o Prefeito da cidade e para o Secretário de Educação. Estamos aqui e não vamos admitir que isto aconteça. (Aplausos)

– Assume a presidência o Sr. Celso Giannazi.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado pela fala.

Chamarei o próximo inscrito, que está de forma *on-line*, que é Professor, Deputado Estadual, membro titular da Comissão de Educação da ALESP e também Diretor da EMEF Dr. Miguel Vieira Ferreira, o Deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI – Olá, boa tarde a todos e a todas. Parabéns pela audiência pública.

Cumprimento todas as pessoas presentes, professores, professoras, comunidade escolar, Vereadores, Vereadoras, e presto nosso total apoio e solidariedade às diretoras e diretores que estão sendo covardemente perseguidos pela atual gestão de Ricardo Nunes e de seu Secretário Padula.

E é sempre bom lembrar que esse Secretário Padula foi aquele envolvido no escândalo da merenda escolar no estado de São Paulo. Acompanhei esse escândalo como Deputado Estadual. Ele também foi aquele Chefe de Gabinete da Secretaria da Educação que declarou guerra aos alunos em 2016, que estavam lutando contra o fechamento de escolas, que foram às ruas e derrotaram um projeto do PSDB de fechar escolas do ensino médio. Um movimento vitorioso que culminou, inclusive, na demissão do Secretário da Educação, Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 76

REUNIÃO: 21177 DATA: 05/06/2025 FL: 71 DE 84

Herman. E Padula estava lá organizando os dirigentes de ensino a fim de deter o movimento e fechar as escolas. Agora, Padula, como Secretário, assina um documento para literalmente afastar, cassar diretoras e diretores da rede municipal de ensino. Então, todo o nosso apoio e solidariedade a vocês, às comunidades escolares afetadas.

E digo que o nosso apoio não se dá só em palavras, mas em atos concretos do nosso coletivo de educação, em primeiro lugar, da Deputada Luciene Cavalcante, do Vereador Celso Giannazi e do nosso mandato. Entramos com várias ações, em diferentes órgãos: Ministério Público, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas. Foram várias as ações, do ponto de vista político, do ponto de vista legislativo e do ponto de vista jurídico, para deter esses afastamentos. Agora, entendemos, e está muito claro para nós, que esses afastamentos não têm nada a ver com avaliação de desempenho das escolas, dos diretores. Esses afastamentos estão no contexto da privatização do ensino.

Todos vocês leram que, no início do ano, o Sr. Ricardo Nunes, Prefeito de São Paulo, anunciou que privatizaria 50 escolas da rede municipal, como o estado está fazendo. O estado de São Paulo está privatizando escolas por meio da Bolsa de Valores de São Paulo. É a primeira vez, na história do Brasil, que escolas estaduais estão sendo leiloadas na Bolsa de Valores de São Paulo. Na B3, já foram leiloadas 33 e agora em setembro haverá um leilão de mais de 143 escolas. E mais: no estado de São Paulo, os diretores já estão sendo cassados, afastados em massa. Já temos uns 500, 600 diretores afastados de suas escolas, por conta dessa famosa avaliação de desempenho.

Mas isso é para se privatizar as escolas. Eles não querem mais diretores efetivos, concursados, com estabilidade, nem professores também. Por isso eles começam a afastar, sobretudo diretoras e diretores combativos, que apoiaram a greve. Então, é disso que se trata o projeto privatista que está em curso. E vocês acompanharam agora o anúncio da Secretaria da Educação. O próprio Secretário Padula acabou de anunciar que vai privatizar mais três escolas. Deu até as regiões: algumas na zona Sul, na nossa região da Capela do Socorro, Campo Limpo, Capão Redondo, onde serão construídas escolas com dinheiro público e entregues à iniciativa

privada, com porteira fechada.

Essas escolas serão administradas por uma empresa privada, que vai contratar professores, diretores, coordenadores pedagógicos, sem concurso algum. É o mesmo modelo que está sendo implantado no estado do Paraná, ou melhor, que já foi implantado no Paraná. E é esse modelo que será implantado em São Paulo. Por isso que é muito importante a luta, a resistência. Temos de defender as nossas diretoras e nossos diretores, os 25 que foram afastados agora, porque, caso isso não ocorra, a porteira estará aberta para um grande projeto de privatização da rede municipal e também de mais perseguição aos profissionais da educação, não só aos gestores, mas aos professores também. Então, contem com o nosso total apoio na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Queria muito estar presente nesta audiência pública. Sou da rede municipal também, como vocês. Já fui perseguido como diretor de escola na gestão Pitta, quando respondi a dois processos administrativos porque fazia o enfrentamento, como vocês, fazendo denúncias gravíssimas contra a gestão. Sei o que vocês estão passando. Mas agora a luta é coletiva. Mexeu com um, mexeu com todos. Mexeram com a rede municipal.

Estamos fazendo o mesmo enfrentamento, como disse, na rede estadual de ensino contra demissões em massa de professores e diretores. Então, é importante unificarmos essa luta em defesa da educação pública e dos profissionais da educação. Contem com o nosso total apoio nas ruas e na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Professor Deputado Carlos Giannazi. Como bem disse, é diretor da EMEF Dr. Miguel Vieira Ferreira e conhece bem a luta da educação, tanto do município como do estado. Obrigado pela participação.

– Assume a presidência a Sra. Luna Zarattini.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Como vocês devem estar percebendo, é uma audiência muito extensa, porque o assunto é muito importante e precisa ser tratado. Infelizmente, sabemos que o Secretário poderia ter chegado já há muito tempo, pois ele é que deveria ouvir essas falas. Mas queremos garantir a fala de todo mundo.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 78

REUNIÃO: 21177 DATA: 05/06/2025 FL: 73 DE 84

Então, vou ler os nomes dos inscritos e perguntar se mantêm ou não a fala, porque estamos chegando agora próximos das 17h e acho que todos também querem o encerramento com propostas desta audiência pública. Precisamos sair com algumas propostas, com alguns próximos passos. Mas, claro, todos que se inscreveram têm o direito de falar. Não vamos cercear, mesmo estando há muito tempo nesta audiência.

Então, quem está inscrita agora para fazer a próxima fala é a Diretora Ildete, da EMEF Professor Flávio Augusto Rosa. Antes, quero fazer um destaque: hoje tivemos a presença de mais de dez diretores municipais. Isso significa muito nesta audiência, de forma muito qualitativa.

Depois, terá a palavra a Letícia, coordenadora pedagógica da EMEF Campos Sales. Temos também uma inscrição *on-line* que, na verdade, foi um convite, do Professor Dr. Guilherme do Val Toledo Prado, que é da Faculdade de Educação da Unicamp. Depois, teremos a Rosana, do Sinesp, e a Patrícia, do Sinpeem.

Lerei os nomes e perguntarei se as pessoas mantêm ou não a fala. Maria Mota, do Sindsep? Você mantém a fala? (Pausa)

Rosana Cappucci? (Pausa) Também mantém.

Andreia Aidar, Aprofem. Está aqui?

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Obrigada, Andreia.

Debora, Aprofem. (Pausa) Muito obrigada, Débora.

Valéria Silvia Sinpeem. (Pausa) Muito obrigada.

Paulo Soares da Rocha, Aprofem. (Pausa)

Renato Lima, Foto Cine. Você mantém? (Pausa)

Alcina Carvalho, Sinesp. (Pausa)

Maciel Silva Nascimento. (Pausa) Muito obrigada, Maciel.

Rosa Maria Araújo, Sinesp. Você retira? (Pausa) Obrigada.

Sheila Sedin. (Pausa)

Marina Cappucci. (Pausa) Obrigada, Marina.

Agora, sim, a partir deste momento será encerrado depois dos três minutos, pode ser assim? Porque vocês viram que muitas pessoas mantiveram a fala. Lembrando só uma questão de reflexão, que tivemos as falas dos sindicatos, dos representantes, mas, mesmo assim, pessoas que fazem parte dos sindicatos que já se manifestaram, mantiveram sua fala. Então, uma reflexão, que trago para vocês, apesar de impopular, mas que acho importante de ser colocada.

Então, vamos lá. Diretora Ildete. Muito obrigada pela presença. Nossa solidariedade, Sra. Ildete.

A SRA. ILDETE – Primeiro, meu respeito a todos que têm lutado por esta causa, em especial todos os Vereadores, Deputados, todos os Parlamentares; todos os sindicatos: Coeduc, Sinpeem, Aprofem, Sinesp, todos que estão unidos por esta causa.

Início minha fala pelo estudioso Rubem Alves, que tem um livro com o título *Conversas com quem gosta de ensinar*. Sempre prezei esse pensamento. E, em toda a minha trajetória profissional, desde a minha base como alfabetizadora e quando iniciei a minha carreira lá na base, estudando para alfabetização, aprendi que só ensina quem aprende. Acredito que o nosso Secretário precisava ir à base. Ele precisaria entender que precisamos aprender. Precisamos aprender o diálogo, porque, através do diálogo, podemos avançar muito.

Causou-me muita estranheza quando, no dia 22, ao voltar de uma CAT, recebi uma convocação de uma chefia de diretoria de ensino para uma reunião de trabalho. No entanto, ouvi de três chefias que, a partir da segunda-feira, dia 26, não estaria mais no meu ambiente de trabalho, que estaria afastada assumindo uma formação em SME. Dali por diante, cumpriria minhas horas em diretoria de ensino, em SME, e não voltaria mais à escola até o final do ano.

Pois bem. Fiquei na inércia. Pensei: “Uai, o que é isso?” Voltei à escola na sexta-feira e pensei: “O que levo dessa escola? Levo as minhas experiências”. Não sabia o que fazer. Também não disse nada a ninguém.

Naquele mesmo dia, recebi um telefonema de uma pessoa da diretoria dizendo que queria falar com a minha assistente ou com a assistente da unidade e disse: “pode ser com a

diretora?” A pessoa disse: “Não. É com a assistente”. Passei o telefone à assistente e a assistente foi chamada à diretoria. Ela e o assistente. Também não soube o que foi tratado.

A partir de então, aguardei a publicação com o meu nome e o nome da unidade. Nada havia sido publicado. Aguardei a publicação, porque o Diretor Regional informou que seriam publicadas a formação, o horário e a data. Aguardei essa publicação na sexta, aguardei no sábado. E aí só vi o meu RF na publicação e mais nada.

Na segunda-feira, tive orientação do sindicato de que, já que não havia publicação de onde comparecer à atividade de trabalho, fosse para a escola. Foi o que fiz. De lá para cá, passei mal durante alguns dias, tem me dado uma oscilação no emocional. Mas, aí, me lembro de que tenho uma trajetória de 35 anos de profissão, atuei em várias instâncias, estado, prefeitura. Estou na Prefeitura há 25 anos, nesta unidade há 14 anos. Esta unidade foi palco de diálogo da comunidade na questão moradia. Ela foi palco de acolhimento de famílias, não na minha gestão, mas, na minha gestão, houve diálogos de várias instâncias - DAEE, Prefeitura, comunidade, outras instâncias -, no quesito moradia também, e se ajustou.

Essa unidade também atendeu muito a questão da inclusão das crianças, alunos PCDs, alunos em situação de necessidades especiais. No período em que cheguei, havia uma angústia muito grande por parte dos profissionais que questionavam como lidar com essa problemática. Então, dialogava com a DRE dizendo que precisava de apoio nessa questão. Uma das questões era a formação para todos. Então, começou uma discussão da formação para todos. E foi indo e, aí, as angústias foram diminuindo e as pessoas, os profissionais foram ganhando mais coragem para isso. Foi indo. Fomos mapeando a escola na questão da aprendizagem.

A violência era muita. Fomos caminhando. Em 2015, atingimos o Ideb, que superou a meta. Em 2019, superamos de novo. E, aí, essa escola se tornou integral. Ela passou a iniciar um projeto integral a partir de 2015. Tivemos um aluno, em 2016, que iniciou um curso de iniciação científica na USP. Ele teve medalha de bronze nas Olimpíadas de Matemática e iniciou um curso científico na USP. Hoje, esse menino está em *Stanford*. Em 2016, tivemos 16 meninos

na Etec.

O lugar era muito degradado, era muito violento. Eu me lembro de um caso de uma mãe que ficou acamada de tanto apanhar do esposo. Então, tínhamos essas realidades. Hoje, as crianças se resolvem dialogando. Elas escrevem. O meu trabalho está todo escrito. A maior parte desse trabalho está escrito, porque quando cheguei, dialogava com os meninos, sentava e escrevia o que eles diziam. Os conflitos eram escritos e os livros estão lá.

Se fosse para estudar, diria ao Secretário, faria uma sugestão ao Secretário: “Secretário, gostaria, sim, de ser estudada e que apontassem as minhas falhas, sim, dentro da trajetória que desenvolvi nesta unidade”.

Logicamente, precisamos sempre estudar e, à medida em que consigo, estudo. Trabalhamos muito. Os meus ATEs... Tenho uma aluna que tem problemas emocionais. Ela não entrava na escola. Ela grudava numa árvore. Precisei falar com a mãe. E esta menina hoje está lá, faz os horários, estuda.

No meu quadro de profissionais, os ATEs, a maioria tem pedagogia. Como Vitor Paro traz, a educação tem déficit, e sabemos. Mas estão lá, eles estudam.

Não vou falar tão brilhantemente como os demais disseram que estudam demais. A minha formação é pós-graduada em neuropsicopedagogia. Lógico que temos um longo caminho a percorrer e muito provavelmente o meu índice de Fundamental II não apareceu, porque muito provavelmente tivemos problema na tecnologia quando fomos fazer aquela bendita prova do Fundamental II. Muito provavelmente. Mas os nossos índices ultrapassam o índice do Ideb.

Não apareço muito. Minhas reivindicações, geralmente, são escritas. Reivindico se o menino não está atendido na saúde; se a escola tem problema; se a empresa não deu conta. Não grito. Escrevo. Talvez essa maneira também seja um formato de afronta. Aí, as minhas escritas são documentos e também uma forma de se fazer leitura em relação ao meu trabalho.

Agradeço a oportunidade. Consegui vir hoje. Então, no período da pandemia, no pós-pandemia, também com essa questão de termos as cobranças, por dois anos tive crises severas de labirintite. De lá para cá, também se agravou minha saúde. Também essas questões das

cobranças me prejudicaram um pouco mais. Então, estivemos na linha de frente. Estamos na linha de frente. Foi na época de Covid e não nos furtamos das responsabilidades. Então, muito me causa surpresa essa ação atual.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Obrigada, Diretora Ildete.

A partir deste momento, vamos contar os três minutos.

Letícia, EMEF Presidente Campos Salles. Depois, Professor Dr. Guilherme do Val Toledo Prado.

A SRA. ILDETE – Só uma questão. Trabalhamos muito em relação a projetos e valorizamos muito os espaços. Outra coisa que fizemos muito e exploramos muito nessa escola: fizemos com que as crianças se inteirassem e conhecessem os territórios da cidade de São Paulo. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Muito importante, obrigada.

A SRA. LETÍCIA MENDONÇA – Boa tarde a todas as pessoas.

Sou a Letícia, Coordenadora Pedagógica da Campos Salles, uma escola do território de Heliópolis que também está passando por essa violência. Nós que somos as primeiras escolas de um projeto, como já foi dito aqui, de privatização, temos conversado muito.

Antes de tudo, solidarizo-me enquanto servidora e enquanto pessoa à Diretora Ildete. Realmente é a primeira vez que a estou vendo nas manifestações.

Um poeta inglês, se não me engano, do século XVII, escreveu: “Nenhum homem é uma ilha isolado em si mesmo. A morte de um homem também me diminui, porque sou parte do gênero humano. Então, não se pergunte por quem os sinos doam. Os sinos doam por ti.”

Então, esse sino que estamos tocando hoje, de mais um ato de resistência, é pela rede toda, é por todos nós, pela educação pública de qualidade social, direta, laica, por esses estudantes que estiveram aqui e que demonstraram o que a Prefeitura não quer que aconteça, o que o Secretário não quer. Eles não querem realmente esses estudantes.

Quero dizer muita coisa com as companheiras e companheiros. Na Campos Salles, temos uma república de estudantes há muito tempo, implementada pelo Diretor Braz. A

presidenta do grêmio não pôde estar presente porque a nossa escola está sendo o tema de um filme dirigido pelo Cao Hamburger. Ele escolheu a nossa escola por conta da história, por conta do projeto especial que temos, da relação com a comunidade. E a presidenta do grêmio passou na seleção para realizar o filme. Hoje, estão gravando e, por isso, ela e outros estudantes não puderam vir a esta audiência. (Palmas)

Gostaria de apontar na minha fala e trouxe um livro escrito pelas pessoas que construíram o projeto da Campos Salles, que se chama *Onde Antes Só Havia Chão*. Trata-se de um projeto de parceria com a comunidade, um projeto de educação democrática que vai seguir mais fortalecido que nunca.

Mas quero apontar algumas contradições dessas violências que estão sendo cometidas, porque são justamente essas escolas premiadas que estão sofrendo esse primeiro ataque, quando deveriam estar dando formação para as outras escolas. O Espaço de Bitita deveria estar ensinando outras escolas. A Campos Salles sempre recebe visitas. Recebeu visita de gente do Canadá.

Entrei em 2023, e recebemos uma comitiva do Canadá. Eles nos disseram: “Nossa, estamos passando por uma situação parecida com a do Brasil por conta dos migrantes.” E me lembrei muito do Espaço de Bitita.

Para concluir, vou tentar ser breve. Só apontando uma contradição que é a seguinte: eles dizem que é o Ideb. Aí, outra hora, quando o número do Ideb não serve, então dizem que é o IDEP. E aí, quando não serve, dizem que é porque o diretor está há mais de quatro anos na unidade. Mas tivemos uma legislação aprovada que incentiva os diretores a permanecerem nas escolas, que incentiva todos os servidores, professores a permanecerem, justamente porque sabemos que a equipe que permanece na escola consegue implementar um projeto e, com isso, a educação e aprendizagem avançam.

Então, a Prefeitura está se contradizendo em muitos quesitos. O Secretário de Educação está contradizendo o nosso currículo da educação integral.

O Ideb não contempla todos os estudantes. Só contempla aquele estudante que

consegue ficar sentado por três horas para fazer uma prova de língua portuguesa e matemática. Não contempla todos os nossos estudantes. Estava aqui com uma mãe e um pai do conselho de escola, mas eles tiveram de ir embora. Viria também a mãe de um aluno nosso com deficiência, que não é contemplado nessa prova. Então, o Ideb já foi desmascarado.

E tenho como proposta desmascarar também o Liceu Coração de Jesus como o grande modelo de conveniamento, porque eles têm 274 estudantes. A Campos Salles tem 650 só no regular, porque também temos EJA.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Conclua, por favor.

A SRA. LETÍCIA MENDONÇA – Quantos estudantes com deficiência o Liceu tem? Quantos estudantes migrantes eles estão recebendo? Teremos de fazer essa pergunta para o Secretário. Então, essa é a minha proposta.

Gostaria de agradecer. Queria ter um pouquinho mais de espaço para falar que a Campos Salles apareceu no programa da SME da *TV Cultura*. De 2023 para cá, apareceu quatro vezes no programa *Boas Práticas*. Então, isso é mais uma contradição. Do ano passado para este, tivemos 15 estudantes que passaram na Etec. Temos 75 no 9º ano.

Então, não faz o menor sentido, a não ser que seja esse o projeto, que já foi colocado aqui, de acabar com escolas que têm parceria com a comunidade, que têm gestão democrática, que têm projetos fortes, para depois passarem a boiada, como mesmo disseram em outro momento.

Então, o projeto é esse. Temos de nos articular mesmo para escancarmos todas essas contradições, porque o Secretário tinha de estar nesta audiência. Queria perguntar para ele como é o Liceu, quantos estudantes com deficiência eles têm, quantos estudantes migrantes eles têm matriculados. E ele não está, infelizmente. Mas precisamos fazer essas perguntas para ele. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Obrigada, Letícia.

Letícia, quero dizer que não vamos parar de fazer essa luta. Estamos na Comissão de Educação, em diversas audiências.

Vou passar para o professor Dr. Guilherme do Val Toledo Prado, a quem peço mil desculpas, porque foi um dos convidados para esta audiência e ainda está aguardando de forma paciente, *on-line*. Também informo que precisaremos entregar este espaço em breve. Infelizmente, no momento em que precisarmos ir embora, teremos de encerrar e quero muito que saiamos daqui com os encaminhamentos.

Então, também não teremos essa fala final. Vamos ter um minuto.

Professor Guilherme do Val.

O SR. GUILHERME DO VAL TOLEDO PRADO - Olá, Vereadora Luna.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Desculpe.

O SR. GUILHERME DO VAL TOLEDO PRADO – Não há problema. Acontece. Fiquei porque não só aprendi muito com as manifestações dos estudantes, dos diretores, dos profissionais da educação, como também fiquei muito esperançoso em ver que nesta Casa de vocês, em diálogo com a nossa, a luta continua em defesa da escola pública.

Manifesto o apoio que a Faculdade de Educação da Unicamp faz a toda essa manifestação contra a privatização. Os colegas que me antecederam já fizeram, infelizmente, indicações de como isso tem acontecido na educação infantil, e que agora se espraia também para o ensino fundamental, e no caso do estado de São Paulo, também no ensino médio.

Então, essa é uma luta que temos de continuar batalhando, visto que não só em países que começaram a fazer isso, aqui no caso da América Latina, no Chile, isso está se revertendo, isso tem acontecido, infelizmente. Mas, temos de fazer essa luta conjunta, sempre juntos.

Então, em nome da Faculdade de Educação da Unicamp, encaminharemos para vocês uma nota de repúdio, que faz todo um arrazoado, que tenta combater esse desmonte da escola pública, porque, como dissemos, se trata de uma violação do princípio constitucional da gestão democrática, que está prevista na Constituição Federal de 1988, na própria LDB, no Plano Nacional da Educação e do próprio Regimento da Rede Municipal da cidade de São Paulo.

Então, parablenzo esta audiência pública, e vocês não estão sozinhos. Contem

conosco das universidades públicas do estado de São Paulo, principalmente Unicamp, Unesp e USP. E depois, vou encaminhar, a partir do convite de vocês, essa nota de repúdio, para também somar a essa luta de todas e todos, para que sigamos juntos combatendo. Infelizmente, esse desmonte da educação pública brasileira, que vem pelo esteio da privatização como muitos bem colocaram, não atende às necessidades e às demandas dos territórios que tão bem foram representados pelos diferentes diretores que compuseram a Mesa de vocês.

Muito obrigado por disponibilizar a palavra. Parabéns por esta audiência. (Palmas)

- Assume a presidência o Sr. Celso Giannazi.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Muito obrigado, Professor Guilherme, muito importante a sua participação e o apoio da Unicamp na luta em defesa da educação pública.

Temos um informe do Cerimonial. Este espaço vai ser palco, agora, de uma outra solenidade oficial da Câmara Municipal. Já estamos desde as 13h aqui e vamos ter de entregar o espaço. Então, vamos finalizando fazendo os encaminhamentos.

Tivemos uma grande aula, uma verdadeira aula com os alunos, professores, entidades sindicais. Todos falaram e foi muito importante. É óbvio que essas escolas e os diretores nos trouxeram, de fato, a realidade do dia a dia. O nosso coletivo - a Dra. Ana Luíza, Dra. Beatriz, Dra. Raíssa -, fez um estudo aprofundado. O Ideb e o Idep não são parâmetros, não medem nada, não medem o território, a vulnerabilidade, a deficiência das estruturas das escolas municipais, tudo isso.

Não estamos validando o Ideb, muito menos o Idep. Mas, o Professor, Diretor Carlos, trouxe-nos um dado que demonstra que esta Gestão usa o Ideb e o IDEP quando convém, para escolher a escola adequada. Por exemplo, a EMEF Caio Sérgio teve o IDEP de 2023, nos anos finais, abaixo de 3,3, conforme alegação da Secretaria Municipal de Educação. Mas o IDEP de 2024 foi de 3,6, acima dessa linha de corte. Então, eles não utilizaram o índice, e a educação é um processo, não utilizaram um processo de melhoria desses índices, vendo pela ótica deles. O índice de 2024 ficou acima do corte que eles estabeleceram, portanto a EMEF Caio Sérgio não estaria nessa linha. Acredito que todas não estariam, nenhuma deveria estar. Deveria haver

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 87

REUNIÃO: 21177 DATA: 05/06/2025 FL: 82 DE 84

diálogo, mas dentro dessa lógica que eles apresentaram, os números são falsos. A Ibrahim Nobre está aqui, só para citar algumas. O IDEP de 2023, que eles apresentam, está abaixo de 3,7. Mas o IDEP de 2024, que é a condição de processo da educação de melhoria, está 4,3. Pelo critério, a Ibrahim também estaria fora.

Então, há muitas inconsistências, e vou dizer, até má-fé nesses dados que foram apresentados para escolher essas escolas. E isso não vai passar. O Secretário Padula e o Sr. Prefeito Ricardo Nunes estão totalmente equivocados na forma como estão tratando a escola pública, baseados em dados infundados, incorretos, de má-fé. Quem coletou esses dados de má-fé, escolas que têm os dados acima do patamar que eles escolheram, disseram que não tinha.

Então, há muitas incoerências e eles terão de responder isso no Ministério Público, no Tribunal de Justiça, porque não passa essa ideia de penalizar, de culpabilizar os diretores de escola por resultados de índices fabricados. Não tiveram sequer o cuidado de trazer índices oficiais, tamanha a precariedade, o baixo nível da Secretaria Municipal de Educação. E o que foi dito pelos alunos que estiveram nesta audiência, principalmente, dessa formação de meninos e meninas, de cidadãos e cidadãs críticos, que precisamos evoluir para não cairmos nesse buraco. E é por essa educação pública que vamos lutar e vamos fazer os encaminhamentos.

Passarei para a nobre Vereadora Luna, para fazer os encaminhamentos, e não pararemos por aqui. Teremos outras audiências públicas pela Comissão de Educação, Cultura e Esportes, também fazendo outras ações com um grupo de parlamentares de outras comissões, de outras Bancadas. Faremos um movimento questionando a Secretaria Municipal de Educação, obrigando, convocando o Secretário Municipal Padula, para explicar o que quer. A privatização da educação pública não pode passar pela Câmara Municipal.

– Assume a presidência a Sra. Luna Zarattini.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Obrigada, nobre Vereador Giannazi.

Marcio, Rosi, Leonardo, Carlos, Cláudio, Liliana, Rute, João, Margaret e Ildete, vocês merecem todos os nossos aplausos e todas as nossas homenagens por resistirem a essa

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 88

REUNIÃO: 21177 DATA: 05/06/2025 FL: 83 DE 84

intervenção absurda que está sendo feita pela Prefeitura do Sr. Ricardo Nunes. Agradeço muito por vocês terem vindo compartilhar todo o conhecimento, tudo que têm passado. E principalmente toda essa luta.

Contem conosco, com os Vereadores que estão aqui, com a Bancada dos Vereadores que defendem a educação.

A Prefeitura de São Paulo, a Prefeitura do Sr. Ricardo Nunes vai ter de se explicar para a Câmara Municipal, para o Tribunal de Contas do Município, que entrou também com um pedido para que explique o que são essas intervenções e o que é esse projeto de privatização das escolas. E vai ter de se explicar na Justiça, porque como falei, a Bancada do Partido dos Trabalhadores entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade da Lei nº 18.221. A nossa luta apenas começou.

Queria falar muitas coisas, mas o que mais quero é agradecer a oportunidade de estar com vocês. E dizer que amanhã haverá um ato na frente da SME, às 10h. Se o Secretário não veio nos ouvir, amanhã ele terá de nos ouvir. Vamos para a luta. Não à privatização. E também revoga já a Lei nº 18.221.

Muito obrigada. Seguiremos em luta. (Palmas)

– Assume a presidência o Sr. Celso Giannazi.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado. Amanhã, todo mundo...

– Manifestação fora do microfone.

A SRA. LUNA ZARATTINI – Pode falar.

(Não Identificada) – Dá licença. Estamos procurando, têm várias pessoas pesquisando nos sites oficiais. Onde está este número do Liceu?

Então, acho que cabe um questionamento até da Câmara, da Comissão de Educação. Onde está esse dado do Liceu?

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado. Amanhã, todo mundo em frente à SME.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 89

REUNIÃO: **21177** DATA: **05/06/2025** FL: **84** DE 84

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública.

Estão encerrados os nossos trabalhos.